



**EUROP ASSISTANCE
COMPANHIA PORTUGUESA
DE SEGUROS, S.A.**

RELATÓRIO E CONTAS

2015

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Ex^{as} o Relatório de Gestão e as Contas da Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., respeitantes ao exercício de 2015.

1- ENVOLVENTE EXTERNA

A economia portuguesa prosseguiu em 2015 com a recuperação gradual da actividade, ainda que a um ritmo relativamente moderado, em particular tendo em conta a severidade da contracção observada nos últimos anos. Esta evolução reflecte a necessidade de ajustamento adicional dos balanços dos vários agentes económicos, públicos e privados, na sequência da crise financeira internacional e da crise das dívidas soberanas na área do euro.

A actividade económica deverá apresentar um crescimento do PIB de 1,6 por cento, prossequindo a recuperação iniciada no ano anterior. A inflação, medida pela taxa de variação do índice harmonizado de preços no consumidor, apresentou um crescimento de 0,6 por cento, reflectindo a evolução da componente não energética (principalmente bens alimentares não processados e serviços), uma vez que os preços dos bens energéticos registaram uma queda.

O indicador de confiança dos consumidores manteve-se ao longo do ano em níveis historicamente elevados e relativamente estáveis. A evolução de alguns factores determinantes do consumo privado, nomeadamente a melhoria da situação no mercado de trabalho, a queda dos preços dos combustíveis e a diminuição das taxas de juro terão contribuído favoravelmente para esta evolução.

A actividade seguradora, nos Ramos Não Vida, apresentou um crescimento da produção de seguro directo, na ordem de 3,7 por cento, sendo que no Ramo Automóvel, aquele que tem um maior impacto directo na actividade da Europ Assistance, se verificou um crescimento de 1,5 por cento.

No ano de 2015 foram vendidos em Portugal 213.645 veículos automóveis novos, o que se traduziu num crescimento de 24,0 por cento face a 2014. Apesar do crescimento registado face ao ano anterior, o mercado automóvel em 2015 situou-se 11 por cento abaixo da média dos últimos 15 anos.

2- SINTESE DA ACTIVIDADE

A Europ Assistance voltou, em 2015, a alcançar os seus principais objectivos, mantendo a liderança do mercado de assistência em Portugal, mesmo numa conjuntura económica difícil e num ambiente concorrencial bastante agressivo, continuando a crescer nos países onde tem operações e atingindo níveis de rentabilidade que permitem remunerar adequadamente os seus accionistas.

Os prémios brutos emitidos atingiram os 54,1 milhões de euros e os prémios adquiridos líquidos de resseguro atingiram os 54,3 milhões de euros, mantendo-se, em ambos os casos, em linha com o registado no exercício anterior.

Os resultados alcançados ao nível da produção, resultam, essencialmente, de uma estratégia comercial de sucesso, assente numa aposta clara em fidelizar a base de clientes existente, base essa que tem permitido conservar a liderança do mercado, através da criação de parcerias duradouras, procurando corresponder às necessidades e expectativas de cada cliente por nós apercebidas, apresentando soluções inovadoras.

Apesar do esforço de diversificação para linhas de negócio com melhores perspectivas de crescimento, como sejam a saúde e o lar & família, continua a observar-se uma concentração da produção nas linhas de negócio ligadas ao automóvel, causando uma maior pressão sobre as margens. Este fenómeno deverá estar ligado às condições económicas adversas que o nosso País atravessou nos últimos anos, que originam uma maior dificuldade em colocar no mercado produtos e soluções que vão muito para além daquilo que é considerado como essencial em termos de assistência.

Os custos com sinistros atingiram 43,7 milhões de euros, o que representa uma redução de 2,0 por cento relativamente ao registado no exercício anterior. No exercício de 2015 observou-se um ligeiro decréscimo do rácio de sinistralidade que, de 82,2 por cento em 2014, passou para 80,5 por cento em 2015, resultado de algumas medidas tomadas em carteiras que apresentavam níveis de rentabilidade abaixo do expectável. Foram abertos cerca de 1,1 milhões de processos de assistência, dos quais perto de 500 mil com custo externo associado. A nossa central de atendimento telefónico recebeu cerca de 2,3 milhões de chamadas, ao nível do verificado no ano anterior.

A política de investimentos adoptada pela Europ Assistance em 2015 seguiu as regras de prudência estabelecidas pelos seus accionistas, que privilegiam uma cuidada avaliação do risco associado aos activos. A carteira reparte-se por cerca de 46 por cento de obrigações de taxa fixa, das quais cerca de 23 por cento relativas a títulos de dívida pública e equiparados, com predominância de títulos de dívida alemã, e cerca de 42 por cento de obrigações de taxa variável. Ao longo de 2015 manteve-se uma exposição a acções na ordem dos 10 por cento. A carteira de investimentos apresenta uma notação média de rating “A+” e uma exposição cambial a moedas distintas do euro, no caso apenas dólares americanos, de perto de 10 por cento. No final do exercício, o peso total de aplicações em entidades portuguesas é residual, representando pouco mais de 4,29 por cento da carteira de investimentos.

Os investimentos financeiros encontram-se classificados da seguinte forma:

	2015	2014 (reexpresso)	2014
Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos	3.649.750	3.649.750	77.402.080
Activos disponíveis para venda	34.956.889	36.839.882	36.839.882
Empréstimos e contas a receber	1.982.013	1.825.335	1.825.335
	<u>40.588.652</u>	<u>42.314.968</u>	<u>116.067.298</u>

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos referem-se a partes de capital em empresas filiais, concretamente, na Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. e na Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda., sociedade que detém as participações em entidades do Brasil, Argentina e Chile.

A Companhia decidiu adoptar a prática contabilística de valorização das participações financeiras em filiais e empreendimentos conjuntos pelo método do custo de aquisição líquido de imparidades, seguindo desta forma o *benchmarking* generalizado no mercado e por ser também o tratamento preferencial dos IFRS nesta matéria. Desta forma e tendo em consideração que as filiais e empreendimentos conjuntos não se encontram cotados, consideramos que a prática contabilística adoptada se encontra alinhada com aquela considerada por Grupos Seguradores internacionais e nacionais, no respeitante à preparação das suas demonstrações financeiras separadas ou individuais.

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda detalham-se conforme segue:

	2015	2014 (reexpresso)	2014
Acções			
. Cotadas	-	-	-
Obrigações			
. Cotadas	30.033.379	32.165.726	32.165.726
. Não cotadas	609.178	-	-
Unidades de participação			
. Cotadas	3.261.191	3.654.655	3.654.655
. Não cotadas	1.053.141	1.019.500	1.019.500
	<u>34.956.889</u>	<u>36.839.882</u>	<u>36.839.882</u>

Apesar de o número médio de trabalhadores se ter apresentado um crescimento ligeiro (326 trabalhadores em 2015 e 322 trabalhadores em 2014), registou-se um decréscimo de 1,2 por cento quando comparado o quadro de trabalhadores no final do exercício (323 em 2015 e 327 em 2014).

O exercício encerrou com um resultado líquido de 4.188 milhares de euros.

3- PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS E FACTOS RELEVANTES

Em 2015 é de destacar o facto de a Europ Assistance ter conservado a liderança do mercado de assistência em Portugal, fruto de uma bem concebida estratégia de fidelização da base de clientes, conjugada com um conjunto de acções tendentes a melhorar os níveis de rentabilidade, permitindo manter uma adequada remuneração dos seus accionistas.

O Conselho de Administração felicita todos os colaboradores que, com o seu profissionalismo e dedicação, deram um contributo fundamental para os resultados alcançados.

A nível internacional é de destacar a excelente performance da empresa Brasileira, que prosseguiu a sua trajectória de crescimento e encerrou o ano com um volume de negócios de cerca de 570 milhões de reais (154 milhões de euros), 7 por cento acima do ano anterior, e um resultado líquido de 33,3 milhões de reais (9,0 milhões de euros), 16 por cento acima do ano anterior.

A empresa Argentina também apresentou um crescimento assinalável, alcançando um volume de negócios de 186 milhões de pesos argentinos (17,9 milhões de euros), 17 por cento acima do registado no ano anterior, e obteve um resultado líquido negativo de 1,9 milhões de pesos argentinos (184 mil euros), consequência da desvalorização da moeda local ocorrida no final do exercício.

Por sua vez, a associada Chilena voltou a obter resultados positivos, na ordem dos 350 mil euros, e alcançou um volume de negócios de cerca de 7,7 milhões de euros.

4- PERSPECTIVAS PARA 2016

As actuais projecções macroeconómicas apontam para a continuação de um processo de recuperação moderada da actividade económica, que se deverá traduzir num crescimento de 1,7 por cento em 2016, próximo do projectado para a área do euro. A economia portuguesa continua a enfrentar um conjunto de desafios da maior importância. Por um lado, é crucial assegurar um aumento significativo da produtividade bem como assegurar uma distribuição dos retornos do crescimento económico que contribua para um grau elevado de coesão social. Estes objectivos exigem o reforço de incentivos à inovação, à mobilidade de factores e a investimentos em capital

humano e físico. Por outro lado, importa intensificar os progressos observados na correcção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados que ainda caracterizam a economia portuguesa.

O Conselho de Administração da Europ Assistance está confiante que no próximo ano a empresa irá manter a liderança do mercado de assistência em Portugal e continuará a alcançar níveis de rentabilidade que permitam uma remuneração adequada aos accionistas. Em 2016 a estratégia a seguir assentará na melhoria contínua dos processos e na transformação ao nível das operações, dos sistemas e da oferta de produtos inovadores e diferenciadores. Na área internacional, prevê-se que 2016 seja mais um ano de crescimento de actividade e melhoria da rentabilidade.

Nos termos e para efeitos do D.L. nº 411/91 de 17 de Outubro, o Conselho de Administração declara que a sociedade não tem dívidas vencidas perante a Segurança Social.

5- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Accionistas a seguinte aplicação do resultado líquido de € 4.187.609,94:

• Reserva legal	€ 418.760,99
• Dividendos	€ 3.750.000,00
• Resultados transitados	€ 18.848,95

Esta proposta contempla o pagamento de dividendos antecipados de € 1.000.000,00 que ocorreu no segundo semestre de 2015, pelo que apenas os adicionais € 2.750.000,00 serão alvo de pagamento em data posterior à aprovação do acima proposto.

Lisboa, 29 de Janeiro de 2016

O Conselho de Administração:

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Manrico Iachia

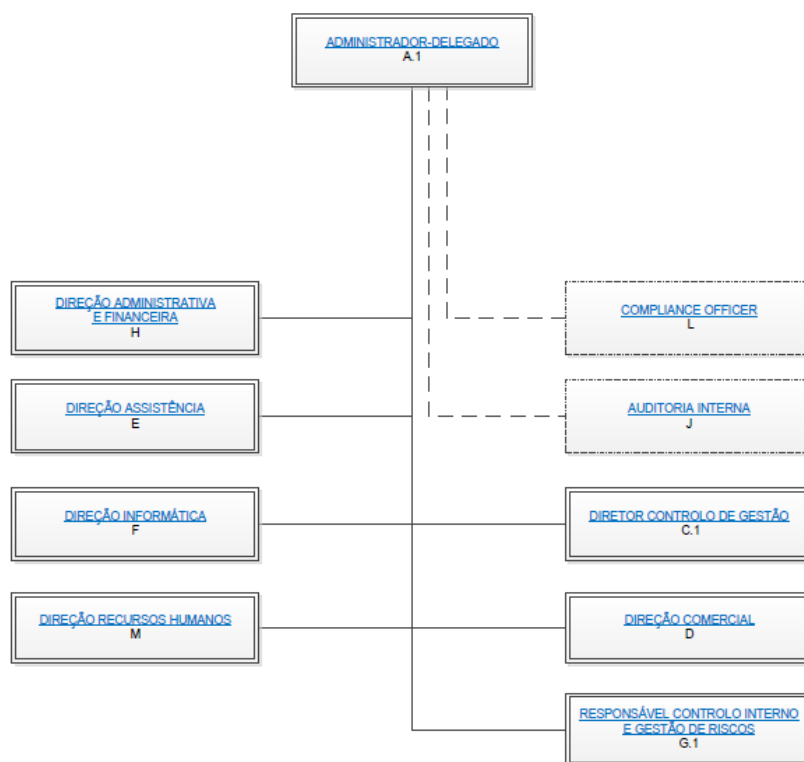
Paolo Vagnone

Antoine Dominique Parisi

RELATÓRIO SOBRE A ESTRUTURA E AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

A estrutura orgânica de administração e fiscalização adoptada pela Europ Assistance baseia-se no Modelo Latino e compreende o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração é composto actualmente por 5 membros, dos quais 1 é Administrador Executivo e nenhum é Administrador Independente, sendo eleito por períodos de 4 anos e apresentando a seguinte organização:



O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são eleitos por períodos de 4 anos, sendo o Conselho Fiscal composto por 3 membros efectivos e um suplente, todos independentes.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS

DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

I – POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

A – MEMBROS EXECUTIVOS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

1 - PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

Na definição do valor da retribuição dos Administradores Executivos são consideradas as regras internacionais do Grupo Europ Assistance, os valores de retribuição praticados em Companhias de dimensão e actividade similares, bem como as responsabilidades e o grau de compromisso inerentes ao cargo, por forma a:

- Garantir que o pacote de retribuições seja competitivo face a entidades comparáveis quer a nível nacional quer internacional.
- Incentivar a criação de valor para os accionistas, de forma sustentada ao longo do tempo.

2 - ESTRUTURA DA REMUNERAÇÃO

2.1. Valor fixo

Os Administradores Executivos têm direito a receber um valor fixo mensal (pago 14 vezes/ano), em função do cargo que desempenham.

2.2. Retribuição variável (anual)

Uma parte da remuneração é variável, a fim de potenciar o seu compromisso com a Companhia e motivar o seu desempenho.

A retribuição variável anual está vinculada ao cumprimento de objectivos de negócio concretos, quantificáveis e alinhados com o interesse da Companhia que incidem na criação de valor, assim como, à avaliação do desempenho individual. Os objectivos são ajustados anualmente às prioridades estratégicas do negócio.

O valor da retribuição variável (potencial máximo) é fixado anualmente, e não deverá representar relativamente à remuneração anual total, mais do que 50% no caso do Administrador-Delegado, e do que 40% para os demais Administradores Executivos.

A retribuição variável é composta por duas parcelas:

- 70% do valor potencial - desde que se registre um bom desempenho económico/financeiro da Companhia e que se atinja a generalidade dos objectivos estratégicos estabelecidos pelos accionistas.
- 30% do valor potencial - a ser determinado de acordo com as regras internacionais do Grupo Europ Assistance no que respeita a objectivos quantitativos (65%) e qualitativos (na qual se inclui a apreciação do desempenho individual) (35%) respeitantes à sociedade portuguesa e às empresas por esta controladas na América Latina.

Serão considerados como referência para cálculo da retribuição variável os seguintes parâmetros:

- O cumprimento dos objectivos previamente estabelecidos a nível da Companhia.
- A avaliação do desempenho individual, conforme as funções e objectivos estabelecidos.
- A análise e a avaliação de outros elementos e circunstâncias qualitativas, vinculadas ao desenvolvimento das funções e competências individuais de cada cargo.

A determinação individual da componente variável da retribuição depende de avaliação do desempenho realizada:

- no caso do Administrador-Delegado: pelo Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- no caso dos Administradores Executivos: pelo Administrador-Delegado, com homologação do Presidente do Conselho de Administração;

O valor da remuneração - componente fixa e componente variável (potencial máximo) é fixado, anualmente, pelo Presidente do Conselho de Administração.

2.3. Retribuição variável a médio e longo prazo e Diferimento

Não se encontra estabelecido qualquer plano.

Esta opção baseia-se no facto de, na sua actividade, a Companhia assumir riscos de muito curto prazo e a atribuição de retribuição variável ser definida e aprovada anualmente pelos accionistas sendo sustentada em critérios de rigor e de prudência.

2.4. Benefícios

Os Administradores Executivos têm direito a seguro de Saúde, seguro de Vida, seguro de Acidentes Pessoais e Fundo de Pensões.

B – MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos membros não executivos do Conselho de Administração não é atribuída qualquer remuneração regular, ou benefício complementar.

C – INDEMNIZAÇÃO EM CASO DE DESTITUIÇÃO

Em caso de destituição de um administrador, sem justa causa, a indemnização a pagar rege-se pelo disposto no Código das Sociedades Comerciais, sem prejuízo de o Administrador poder retomar o posto de trabalho anterior.

II. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

O conselho fiscal é composto por 3 membros efectivos (Presidente e dois vogais) e um suplente. A remuneração anual do conselho fiscal é fixada pela assembleia-geral e será diferenciada de acordo com o respectivo cargo.

A remuneração anual do Revisor Oficial de Contas será estabelecida e revista anualmente.

Lisboa, 29 de Janeiro de 2016

O Conselho de Administração:

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Manrico Iachia

Paolo Vagnone

Antoine Dominique Parisi

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	ACTIVO	31-12-2015			31-12-2014 (reexpresso)	01-01-2014 (reexpresso)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido		
2 e 16	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.981.654	-	1.981.654	3.269.438	1.646.894
2 e 17	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	3.649.750	-	3.649.750	3.649.750	3.649.750
	Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
2, 3 e 18	Activos disponíveis para venda	34.956.889	-	34.956.889	36.839.882	34.621.403
2 e 19	Empréstimos e contas a receber	1.982.013	-	1.982.013	1.825.335	1.919.865
	Depósitos junto de empresas cedentes	1.982.013	-	1.982.013	1.825.335	1.919.865
	Outros depósitos	-	-	-	-	-
	Empréstimos concedidos	-	-	-	-	-
	Contas a receber	-	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-	-
	Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	-	-
2 e 20	Outros activos tangíveis	4.477.983	3.777.325	700.659	719.356	756.107
	Inventários	-	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-	-
2 e 21	Outros activos intangíveis	1.046.635	992.024	54.610	35.371	68.228
2, 3 e 22	Provisões técnicas de resseguro cedido	2.266	-	2.266	39.449	198.392
	Provisão para prémios não adquiridos	2.266	-	2.266	36.449	166.484
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-	-
	Provisão para sinistros	-	-	-	3.000	31.908
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-	-
	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-	-
2, 14 e 23	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	5.681.473	94.085	5.587.388	5.144.600	6.078.835
	Contas a receber por operações de seguro directo	294.554	94.085	200.469	508.337	800.673
	Contas a receber por outras operações de resseguro	4.318.730	-	4.318.730	3.652.886	4.668.609
	Contas a receber por outras operações	1.068.189	-	1.068.189	983.377	609.553
2, 3 e 24	Activos por impostos	278.593	-	278.593	101.992	116.958
	Activos por impostos correntes	172	-	172	-	-
	Activos por impostos diferidos	278.421	-	278.421	101.992	116.958
2 e 25	Acréscimos e diferimentos	306.560	-	306.560	205.385	129.158
	Outros elementos do activo	-	-	-	-	-
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	-
	TOTAL ACTIVO	54.363.816	4.863.434	49.500.382	51.830.558	49.185.589

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	31-12-2015	31-12-2014 (reexpresso)	01-01-2014 (reexpresso)
	PASSIVO			
2, 3 e 22	Provisões técnicas	27.695.553	28.516.960	28.693.925
	Provisão para prémios não adquiridos	18.764.422	19.007.179	19.145.056
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-
	Provisão para sinistros	8.720.623	9.327.237	9.301.062
	De vida	-	-	-
	De acidentes de trabalho	-	-	-
	De outros ramos	8.720.623	9.327.237	9.301.062
	Provisão para participação nos resultados	210.508	182.544	247.807
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-
	Provisão para riscos em curso	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	-
	Outros passivos financeiros	-	-	-
	Derivados de cobertura	-	-	-
	Passivos subordinados	-	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-
	Outros	-	-	-
2 e 27	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	53.518	124.232	76.214
2 e 28	Outros credores por operações de seguros e outras operações	579.061	1.458.745	1.198.440
	Contas a pagar por operações de seguro directo	77.743	69.276	64.472
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	142.213	233.845	2.111
	Contas a pagar por outras operações	359.105	1.155.625	1.131.857
2, 3 e 24	Passivos por impostos	1.467.954	1.849.052	1.415.167
	Passivos por impostos correntes	1.070.911	1.304.183	1.182.110
	Passivos por impostos diferidos	397.043	544.869	233.057
2 e 25	Acréscimos e diferimentos	3.115.116	2.645.932	2.478.646
	Outras Provisões	-	-	-
	Outros Passivos	-	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-	-
	TOTAL PASSIVO	32.911.202	34.594.921	33.862.392
	CAPITAL PRÓPRIO			
2, 29 e 32	Capital	7.500.000	7.500.000	7.500.000
	(Acções Próprias)	-	-	-
	Outros instrumentos de capital	3.000.000	3.000.000	3.000.000
2, 29 e 32	Reservas de reavaliação	1.419.874	2.136.742	879.459
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	1.419.874	2.136.742	879.459
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-
	Por revalorização de activos intangíveis	-	-	-
	Por revalorização de outros activos tangíveis	-	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-	-
2, 29 e 32	Reserva por impostos diferidos	(362.068)	(544.869)	(233.057)
2, 29 e 32	Outras reservas	1.718.159	1.351.462	947.488
2, 29 e 32	Resultados transitados	(874.395)	125.332	(810.434)
	Resultado do exercício	4.187.610	3.666.970	4.039.741
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	16.589.181	17.235.637	15.323.197
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	49.500.382	51.830.558	49.185.589

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

DEMONSTRAÇÃO DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Conta de Ganhos e Perdas	2015			2014
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	54.275.364		54.275.364	54.265.835
2,3,4 e 5	Prémios brutos emitidos	54.096.786		54.096.786	54.230.331
2,4 e 5	Prémios de resseguro cedido	(46.344)		(46.344)	(24.369)
2, 3, 4, 5 e 22	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	259.104		259.104	189.908
2, 3, 4, 5 e 22	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(34.183)		(34.183)	(130.034)
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-		-	-
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(43.709.229)		(43.709.229)	(44.595.490)
2, 4 e 6	Montantes pagos	(44.312.843)		(44.312.843)	(44.540.407)
	Montantes brutos	(44.347.205)		(44.347.205)	(44.613.406)
	Parte dos resseguradores	34.362		34.362	72.999
2, 3, 4, 6 e 22	Provisão para sinistros (variação)	603.614		603.614	(55.084)
	Montante bruto	606.614		606.614	(26.176)
	Parte dos resseguradores	(3.000)		(3.000)	(28.908)
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-		-	-
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro				
	Montante bruto			-	-
	Parte dos resseguradores			-	-
2, 3, 4, 7 e 22	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(63.239)		(63.239)	(54.960)
2, 3, 4, 8 e 9	Custos e gastos de exploração líquidos	(9.427.487)		(9.427.487)	(7.406.744)
	Custos de aquisição	(4.296.635)		(4.296.635)	(3.386.130)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(16.347)		(16.347)	(52.030)
	Gastos administrativos	(5.114.506)		(5.114.506)	(3.968.584)
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	-		-	-
2, 4 e 10	Rendimentos	446.602	1.680.000	2.126.603	1.210.302
	De juros de activos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	446.602	5.575	452.178	610.902
	De juros de passivos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	-	1.674.425	1.674.425	599.400
2, 4 e 11	Gastos financeiros	(73.473)		(73.473)	(108.836)
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	(73.473)	-	(73.473)	(108.836)
2, 4 e 12	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	842.143		842.143	714.987
	De activos disponíveis para venda	842.143	-	842.143	714.987
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas				
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-
2, 4 e 13	Diferenças de câmbio	137.159	-	137.159	137.565
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)				
	De activos disponíveis para venda	-	-	-	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
4	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	411.965	-	411.965	79.474
2, 4 e 14	Outras provisões (variação)	29.498	6.034	35.532	12.584
2 e 15	Outros rendimentos/gastos	-	701.228	701.228	724.912
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	2.869.301	2.387.262	5.256.563	4.979.629
2, 3 e 24	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(1.028.634)	(181.773)	(1.210.408)	(1.297.693)
2, 3 e 24	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	141.454	141.454	(14.966)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.840.667	2.346.943	4.187.610	3.666.970

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital	Outros instrumentos de capital			Reservas de Reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Instrumentos financeiros compostos	Prestações suplementares	Outros	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Outras reservas			
	Balanço a 31 de Dezembro de 2014 (balanço de abertura)	7.500.000	-	3.000.000	-	73.752.330	2.136.742	(544.869)	1.351.462	-	125.333	3.666.970	90.987.967
	Correcções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	(73.752.330)	-	-	-	-	-	-	(73.752.330)
	Balanço de abertura alterado	7.500.000	-	3.000.000	-	-	2.136.742	(544.869)	1.351.462	-	125.333	3.666.970	17.235.637
29	Aumentos de reservas por aplicação de resultados (1)	-	-	-	-	-	-	-	366.697	-	273	(366.970)	-
29	Resultado líquido do período (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.187.610	4.187.610
	Outro rendimento integral do período, líquido de imposto (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 e 29	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(716.868)	182.801	-	-	-	-	(534.066)
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros activos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Diferimento de ganhos e perdas actuariais (IAS 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total de rendimento integral do período, líquido de imposto (4) = (2)+ (3)	-	-	-	-	-	(716.868)	182.801	-	-	-	4.187.610	3.653.544
	Operações com detentores de capital (5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Reembolso de prestações suplementares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transacção de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
29	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.300.000)	(3.300.000)
29	Distribuição antecipadas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.000.000)	-	(1.000.000)
	Total das variações do capital próprio (1) + (4) + (5)	-	-	-	-	-	(716.868)	182.801	366.697	-	(999.727)	520.640	(646.456)
	Balanço a 31 de Dezembro de 2015	7.500.000	-	3.000.000	-	-	1.419.874	(362.068)	1.718.159	-	(874.394)	4.187.610	16.589.181

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital	Outros instrumentos de capital			Reservas de Reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Instrumentos financeiros compostos	Prestações suplementares	Outros	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Outras reservas			
	Balanco a 31 de Dezembro de 2013 (balanco de abertura)	7.500.000	-	3.000.000	-	60.300.168	879.459	(16.815.603)	947.488	-	89.566	3.139.741	59.040.819
	Correcções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	(60.300.168)	-	16.582.546	-	-	-	-	(43.717.622)
	Balanco de abertura alterado	7.500.000	-	3.000.000	-	-	879.459	(233.057)	947.488	-	89.566	3.139.741	15.323.197
29	Aumentos de reservas por aplicação de resultados (1)	-	-	-	-	-	-	-	403.974	-	35.767	(439.741)	-
29	Resultado líquido do período (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.666.970	3.666.970
	Outro rendimento integral do período, líquido de imposto (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 e 29	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	1.257.283	(311.812)	-	-	-	-	945.470
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros activos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Diferimento de ganhos e perdas actuariais (IAS 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total de rendimento integral do período, líquido de imposto (4) = (2)+ (3)	-	-	-	-	-	1.257.283	(311.812)	-	-	-	3.666.970	4.612.440
	Operações com detentores de capital (5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Reembolso de prestações suplementares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transacção de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
29	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.700.000)	(2.700.000)
29	Distribuição antecipadas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total das variações do capital próprio (1) + (4) + (5)	-	-	-	-	-	1.257.283	(311.812)	403.974	-	35.767	527.229	1.912.440
	Balanco a 31 de Dezembro de 2014	7.500.000	-	3.000.000	-	-	2.136.742	(544.869)	1.351.462	-	125.333	3.666.970	17.235.637

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral	2015	2014 (reexpresso)	2014
2, 3, 17 e 18	Resultado líquido do exercício	4.187.610	3.666.970	3.666.970
	Outro rendimento integral do exercício	(716.868)	1.257.283	14.709.445
	Activos disponíveis para venda, filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	(716.868)	1.257.283	14.709.445
	Ganhos e perdas líquidos	(1.141.664)	1.082.767	14.534.929
	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	424.796	174.516	174.516
2, 3 e 24	Imparidade	-	-	-
	Alienação	424.796	174.516	174.516
	Impostos	182.801	(311.812)	16.270.734
2, 3 e 9	Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais	-	-	-
	Benefícios pós-emprego	-	-	-
	TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL LÍQUIDO DE IMPOSTOS	3.653.544	4.612.440	34.647.148

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Técnico Oficial de Contas

Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em Euros)		
MÉTODO DIRECTO	2015	2014
Actividade Operacional		
Prémios de seguro directo recebidos	3.150.774	3.284.032
Prémios de resseguro aceite recebidos	50.288.716	52.182.075
Prémios de resseguro cedido pagos	(137.976)	207.365
Participação nos resultados paga	(35.275)	(120.223)
Sinistros de seguro directo pagos	(34.112.912)	(34.235.347)
Sinistros de resseguro cedido recebidos	34.362	72.999
Recebimentos de contrato de investimento	-	-
Comissões por intermediação de seguros	-	-
Pagamentos ao pessoal	(11.561.421)	(10.038.273)
Pagamentos a fornecedores	(6.547.473)	(5.884.554)
Outros fluxos de caixa operacionais	(594.233)	(761.892)
Dividendos recebidos	-	-
Juros recebidos	497.496	634.679
Ganhos / (Perdas) realizadas de investimentos	979.301	852.552
Aquisição de investimentos		
Títulos de rendimento variável	200.804	1.248.878
Títulos de rendimento fixo	689.852	(2.248.158)
Instrumentos financeiros derivados	-	-
Propriedades de investimentos	-	-
Juros pagos	-	-
Impostos sobre o rendimento pagos	(1.306.944)	(1.321.216)
Fluxos das Actividades Operacionais	1.545.072	3.872.916
Actividades Investimento		
Aquisição de subsidiárias/associadas/empreendimentos conjuntos	-	-
Alienação de subsidiárias/associadas/empreendimentos conjuntos	-	-
Dividendos recebidos de subsidiárias/associadas/empreendimentos conjuntos	1.674.425	599.400
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	(207.280)	(149.772)
Alienação de activos tangíveis e intangíveis	-	-
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	-	-
Empréstimos pagos por partes relacionadas	-	-
Fluxos das Actividades de Investimento	1.467.145	449.628
Actividades Financiamento		
Reembolso de prestações suplementares	-	-
Recebimento de empréstimos subordinados	-	-
Pagamento de empréstimos subordinados	-	-
Recebimentos de empréstimos concedidos	-	-
Pagamentos de empréstimos obtidos	-	-
Pagamentos de contratos de locação financeira	-	-
Dividendos pagos a accionistas	(4.300.000)	(2.700.000)
Dividendos pagos a interesses minoritários	-	-
Fluxo das Actividades de Financiamento	(4.300.000)	(2.700.000)
Variação de caixa e equivalentes	(1.287.784)	1.622.544
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e equivalentes no início	3.269.438	1.646.894
Caixa e equivalentes no fim	1.981.654	3.269.438

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

1. INFORMAÇÃO GERAL

A Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. (adiante designada por Europ Assistance ou Companhia), foi constituída em 01 de Julho de 1993 e dedica-se ao exercício da actividade de seguros para os ramos de "Assistência", "Acidentes pessoais", "Doença", "Responsabilidade Civil Geral", "Mercadorias transportadas", "Perdas pecuniárias diversas" e "Protecção Jurídica", para os quais obteve as devidas autorizações por parte do Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Até 31 de Dezembro de 2008 a Companhia apenas se dedicou à comercialização do ramo "Assistência", iniciando apenas em 2009 a comercialização dos restantes ramos já autorizados.

A Companhia tem a sua sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75-10º em Lisboa. As seguradoras são o principal canal de distribuição da Companhia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de Janeiro de 2016.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pelo ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R, de 31 de Dezembro e da Norma Regulamentar n.º 22/2010, de 16 de Dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das empresas de seguros estabelecidas pelo ASF.

Este Plano de Contas, actualmente em vigor, introduziu os International Financial Accounting Standards (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto a IFRS 4 - Contratos de Seguro, relativamente à qual apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

A Companhia prepara posteriormente contas consolidadas incorporando as demonstrações financeiras das filiais, subsidiárias e empreendimentos conjuntos identificadas na Nota 17.

Comparabilidade das Demonstrações financeiras

A Companhia adoptou na preparação das demonstrações financeiras e das Notas explicativas as IFRS de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2015. Esta adopção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das respectivas divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afectando a posição financeira da Companhia.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em Euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, activos ao justo valor através de resultados, activos financeiros disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. As estimativas e pressupostos têm por base a informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. As alterações dos pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Até 31 de Dezembro de 2014, a Companhia, e de acordo com uma das opções permitidas pelos IAS 27 e 28, mensurava as participações em filiais e empreendimentos conjuntos ao justo valor como se tratasse de um activo disponível para venda enquadrado no âmbito da norma IAS 39 Instrumentos financeiros.

Em 31 de Dezembro de 2015, alterou voluntariamente esta política contabilística passando a adoptar a prática contabilística de valorização de participações financeiras em filiais e empreendimentos conjuntos pelo método do custo de aquisição líquido de imparidades, seguindo desta forma o *benchmarking* generalizado no mercado, o qual integra uma perspectiva mais estável e adequada às circunstâncias de volatilidade originadas por variáveis macroeconómicas que podem afectar temporariamente a determinação do justo valor dos investimentos detidos.

Esta alteração foi motivada por:

- 1) Realinhamento das políticas contabilísticas com as prosseguidas pelos seus accionistas, acompanhando idêntica alteração realizada pela Companhia de Seguros Tranquilidade na sequência da mudança do seu accionista;
- 2) Entrada em vigor do novo regime de Solvência (Solvência II) que deixa de considerar a reserva de reavaliação elegível para o cálculo da solvência;

Desta forma e tendo em consideração que as filiais e empreendimentos conjuntos detidos pela Companhia não se encontram cotadas, consideramos que a prática contabilística adoptada se encontra alinhada com aquela considerada por Grupos Seguradores internacionais e nacionais, no respeitante à preparação das suas demonstrações financeiras separadas. Adicionalmente, a Companhia apresenta contas consolidadas que reflectem a posição financeira do grupo.

Assim, a Companhia entende que a adopção do método do custo histórico/aquisição permite incorporar nas demonstrações financeiras uma maior transparência e um grau de prudência mais elevado, obtendo uma estabilidade nos valores das participações, reduzindo a volatilidade do seu balanço, evitando, assim, criar expectativas nos utilizadores das demonstrações financeiras, sejam elas positivas ou negativas, baseadas em projecções futuras.

De acordo com os requisitos da “IAS 8 – Políticas contabilística, alterações nas estimativas e erros”, quando existe uma alteração voluntária numa política contabilística é necessário proceder à aplicação retrospectiva da nova política nas demonstrações financeiras (“reexpressão”), com referência ao primeiro período comparativo apresentado nas demonstrações financeiras do exercício em que se verifica a alteração, ou seja 01 de Janeiro de 2014. Neste sentido as demonstrações financeiras do exercício de 2014 apresentadas são proforma, tendo o impacto desta reexpressão consistido numa redução do capital próprio da Companhia em 01 de Janeiro de 2014 e 31 de Dezembro de 2014 nos montantes de 60.300.168 Euros e 73.352.330 Euros, respectivamente, conforme é visível no quadro abaixo:

Notas	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas			Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
			Justo valor	Impostos diferidos	Reserva legal			
Balanço a 01 de Dezembro de 2014	7.500.000	3.000.000	61.179.627	(16.815.603)	947.488	89.566	3.139.741	59.040.819
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	a)	-	(60.300.168)	-	-	-	-	(60.300.168)
Impostos diferidos	b)	-	-	16.582.546	-	-	-	16.582.546
Balanço a 01 de Dezembro de 2014 (reexpresso)	7.500.000	3.000.000	879.459	(233.057)	947.488	89.566	3.139.741	15.323.197
Aplicação do resultados líquido de 2013	-	-	-	-	403.974	35.767	(439.741)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	(2.700.000)	(2.700.000)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	1.257.283	(311.812)	-	-	-	945.470
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	3.666.970	3.666.970
Balanço a 31 de Dezembro de 2014 (reexpresso)	7.500.000	3.000.000	2.136.742	(544.869)	1.351.462	125.332	3.666.970	17.235.637

- De acordo com o PCES, a Companhia optou por valorizar as suas participações na Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. e Ponte Alta –SGPS, Unipessoal, Lda. pelo seu custo de aquisição.
- De acordo com o PCES, a Companhia regista o efeito fiscal sobre a valia potencial dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

De seguida é apresentado o impacto desta alteração na política contabilística da Companhia no seu balanço:

	<u>Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)</u>	
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2014 (reexpresso)
2014		
ACTIVO		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.269.438	- 3.269.438
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	77.402.080	(73.752.330) 3.649.750
Activos disponíveis para venda	36.839.882	- 36.839.882
Empréstimos e contas a receber	1.825.335	- 1.825.335
Outros activos tangíveis	719.356	- 719.356
Outros activos intangíveis	35.371	- 35.371
Provisões técnicas de resseguro cedido	39.449	- 39.449
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	5.144.600	- 5.144.600
Activos por impostos	101.992	- 101.992
Acréscimos e diferimentos	205.385	- 205.385
TOTAL ACTIVO	125.582.888	(73.752.330) 51.830.558
PASSIVO		
Provisões técnicas	28.516.960	- 28.516.960
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	124.232	- 124.232
Outros credores por operações de seguros e outras operações	1.458.745	- 1.458.745
Passivos por impostos		
Passivos por impostos correntes	1.304.183	- 1.304.183
Passivos por impostos diferidos	544.869	- 544.869
Acréscimos e diferimentos	2.645.932	- 2.645.932
TOTAL PASSIVO	34.594.921	- 34.594.921
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital	7.500.000	- 7.500.000
Outros instrumentos de capital	3.000.000	- 3.000.000
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	75.889.072	(73.752.330) 2.136.742
Reserva por impostos diferidos	(544.869)	- (544.869)
Outras reservas	1.351.462	- 1.351.462
Resultados transitados	125.332	- 125.332
Resultado do exercício	3.666.970	- 3.666.970
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	90.987.967	(73.752.330) 17.235.637
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	125.582.888	(73.752.330) 51.830.558

Os impactos gerados pela alteração desta política contabilística não traduzem qualquer efeito na Demonstração de Ganhos e Perdas da Companhia.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na actividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2016 e que a Companhia não adoptou antecipadamente são apresentadas na Nota 35. Estas Normas serão adoptadas pela Companhia a partir da data do endosso pela UE.

Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras:

1. Reporte por segmentos

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operam em ambientes económicos diferentes.

2. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção (divulgadas pelo Banco de Portugal). Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

3. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, as quais correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	5-8
Equipamento informático	3
Material de transporte	4
Instalações interiores	10
Outro equipamento	8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

4. Outros activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos. Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais se espera que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com empregados enquanto estiverem directamente afectos aos projectos e são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

5. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade de controlar a política operacional e financeira da entidade.

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a faculdade de exercer influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade.

São classificados como empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas), todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade para controlar conjuntamente com outros empreendedores (accionistas) a política operacional e financeira do empreendimento.

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos são contabilizados ao custo de aquisição, e sujeitas a testes de imparidade, anualmente.

6. Activos financeiros

i) Classificação

A Companhia classifica os seus activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui (i) os activos financeiros detidos para negociação, aqueles adquiridos ou incorridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, incluindo os produtos derivados que não sejam designados instrumentos de cobertura ou de gestão eficaz da carteira, e (ii) os activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda: são activos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias;
- Activos financeiros a deter até à maturidade: activos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, com uma maturidade determinável ou fixa, relativamente aos quais a Companhia tenha intenção e capacidade de os deter até à maturidade;
- Empréstimos concedidos e contas a receber: inclui valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro aceite e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

ii) Reconhecimento inicial, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros disponíveis para venda e (iii) investimentos a deter até à maturidade, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção, com excepção dos activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os activos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções,

e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na conta de ganhos e perdas.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registados na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

iv) Transferências entre categorias

A revisão do IAS 39 - datada de Outubro de 2008, veio permitir que as entidades transferissem os activos financeiros de negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda ou para activos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses mesmos activos obedeçam às características de cada categoria.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de "Empréstimos concedidos e contas a receber" e "Activos financeiros a deter até á maturidade" são também permitidas.

v) Imparidade

- Títulos de rendimento variável e de rendimento fixo

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada (de pelo menos 12 meses) ou uma desvalorização de 30% independentemente do período, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade em títulos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual deduzida de qualquer perda de imparidade, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo amortizado se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a acções ou outros instrumentos de capital a perda por imparidade, anteriormente reconhecida, não é reversível.

Relativamente aos títulos de dívida, é considerada imparidade, quando há evidência de "default" do emitente ou mesmo no incumprimento na amortização do capital e/ou no pagamento de juros. As perdas por imparidade de títulos de dívida são reconhecidas directamente em resultados do exercício.

No exercício de 2013, os critérios de reconhecimento de imparidade foram alterados, sendo os mesmos mais prudentes, de acordo com as alterações prosseguidas pelo Grupo Europ Assistance. A alteração destes critérios não gerou qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Outros activos financeiros - ajustamento de recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa

Tem por objectivo reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculada sobre o valor total dos recibos emitidos e não cobrados em cada data de reporte, deduzidos dos correspondentes prémios de resseguro cedido, comissões, impostos e provisão para prémios não adquiridos associados, e tendo em conta um coeficiente médio de cobrabilidade determinado com base em dados históricos de anos anteriores, aplicando os critérios definidos pelo ASF, de base económica. Os recibos emitidos e não cobrados à data das demonstrações financeiras estão reflectidos na rubrica "Recibos por cobrar".

Os ajustamentos de cobrança duvidosa destinam-se a fazer face aos riscos da cobrança de dívidas de terceiros, com excepção dos relativos a recibos de prémios por cobrar. Os ajustamentos estão associados a um risco de incobralidade (que se pode concretizar ou não), mas cuja probabilidade de ocorrência é significativa.

A Companhia realiza iniciativas para a regularização dos montantes em dívida, quer através da área de assistência jurídica quer recorrendo posteriormente à via judicial.

7. Outros activos financeiros - instrumentos financeiros derivados (derivados embutidos)

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos no momento do seu reconhecimento inicial ao valor de aquisição. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado activo) é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade.

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

8. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

9. Capital social

As acções são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros activos. Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como dedução dos proventos, líquidos de imposto.

10. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

11. Contratos de seguro

Os Contratos de seguro comercializados pela Companhia são contratos segundo o qual a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar este no caso de um acontecimento futuro incerto especificado o afectar de forma adversa.

Os contratos de seguro (Seguro Directo e Resseguro Aceite) são reconhecidos e mensurados como segue:

- **Prémios**

Os prémios brutos emitidos de seguro directo e de resseguro aceite são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

- **Custos de aquisição**

Os custos de aquisição são representados pela remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro, aos ressegurados pela cedência de prémios de resseguro aceite, e ainda, pelos gastos por natureza imputados à função (ver Nota 8).

As comissões contratadas são registadas como gastos no momento da emissão dos respectivos prémios ou renovação das respectivas apólices.

- **Provisão para prémios não adquiridos**

Reflecte a parte do prémio emitido antes do encerramento do exercício ainda não incorrida à data do balanço, com o objectivo de compensar os encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro. É determinada, para cada contrato em vigor, por aplicação do método “Pró-rata temporis” aos prémios brutos emitidos. Ao montante calculado são deduzidas as remunerações pela prestação de serviços de intermediação de seguros e outras despesas de aquisição diferidas. Em 31 de Dezembro de 2015, as despesas de aquisição diferidas representavam cerca de 7% dos prémios não adquiridos (2014: 7%).

- **Provisão para sinistros**

Reflecte a estimativa das responsabilidades da Companhia por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais relativas aos sinistros já ocorridos e não declarados (IBNR) até à data das demonstrações financeiras. Esta provisão incorpora também a estimativa de despesas a incorrer com regularização de sinistros.

Na sequência da Circular nº 28/2004, de 17 de Novembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Companhia regista uma provisão para despesas de regularização de sinistros, determinada com base no rácio entre as despesas gerais incorridas pela Companhia e os custos com sinistros do exercício. Este rácio é analisado perante a estimativa de alterações na estrutura de despesas existentes e ajustado, sendo aplicado à provisão para sinistros declarados do exercício.

A provisão para IBNR registada em 31 de Dezembro de 2015 corresponde a 4% dos custos com sinistros declarados no exercício de 2015 (2014: 4% dos custos com sinistros declarados no exercício de 2014). Esta taxa foi determinada com base numa percentagem de 4% dos custos do exercício para o seguro directo e de 4% para o resseguro aceite (2014: 4% dos custos do exercício para o seguro directo e de 4% para o resseguro aceite).

- **Provisão para participação nos resultados**

Reflecte a estimativa da participação nos resultados para os contratos que incluam cláusulas que prevejam este tipo de pagamento. É calculada individualmente, contrato a contrato sendo, constituída provisão em função de uma percentagem sobre a conta técnica do contrato.

- **Provisão para riscos em curso**

Corresponde ao montante que se estima ser necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

- **Provisões técnicas de resseguro cedido**

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas através da aplicação dos critérios acima descritos para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

12. Resseguro

A Europ Assistance aceita e cede negócio no decurso da sua actividade normal. Os valores a receber relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber de empresas de seguro (ressegurados) e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos ressegurados e resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos activos relacionados com o Resseguro Cedido no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro directo.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro directo.

13. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na conta de ganhos e perdas, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, com excepção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as referidas diferenças.

14. Benefícios concedidos aos empregados

i) Responsabilidades com pensões (benefício pós-emprego)

Em conformidade com o contrato colectivo de trabalho (CCT) vigente para o sector segurador (assinado em 23 de Dezembro de 2011, revisto em 21 de Novembro de 2014, entre a Associação Portuguesa de Seguradoras (APS) e dois sindicatos representativos da classe profissional), a Companhia assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados um plano de contribuição definida, aplicável a todos os trabalhadores no activo em efectividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado. Estes empregados beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social.

Este benefício é financiado através de um fundo de pensões Multireforma de Capital Garantido do Grupo Novo Banco Fundo de Pensões.

ii) Benefícios de saúde

A Companhia concede um benefício de assistência médica aos colaboradores no activo.

iii) Bónus de desempenho

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam. Os bónus são calculados tendo em consideração os resultados alcançados pela Companhia no exercício e de acordo com uma avaliação de desempenho individuais, que se baseia em critérios organizacionais, quantitativos e qualitativos.

iv) Estimativa para férias e subsídio de férias

Os encargos com férias e subsídio de férias dos empregados são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a dois meses de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício. A respectiva estimativa encontra-se registada na rubrica "Acréscimos e diferimentos" do passivo.

15.Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

16.Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu reconhecimento.

17.Locações

A Europ Assistance classifica as operações de locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras todas as operações em que os riscos e os benefícios inerentes à propriedade são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são consideradas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Nas locações financeiras os contratos são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

A Companhia apenas tem registado contratos de locação operacional, relacionados com aluguer de equipamento informático e de automóveis.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E JULGAMENTOS RELEVANTES UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são divulgadas abaixo, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento das políticas contabilísticas adoptadas pela Companhia, que levariam a resultados diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. No entanto, a Companhia entende que os julgamentos e as estimativas aplicadas são apropriados pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e as suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base vários pressupostos baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para prémios não adquiridos, (2) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas, (3) provisão para participação nos resultados e (4) provisão para riscos em curso.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e resseguro.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade e outros factores.

Qualquer eventual alteração de critérios (nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais) é devidamente avaliada para quantificação dos seus impactos financeiros. As provisões são revistas regularmente através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Ver adicionalmente a Nota 22.

b) Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Ver adicionalmente a Nota 9.

c) Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização prolongada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização prolongada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a Companhia avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Ver adicionalmente a Nota 18.

d) Imposto sobre lucros

A determinação dos impostos sobre lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

e) Prémios brutos emitidos

Os prémios de seguro directo e resseguro aceite do último mês do ano (Dezembro) são parcialmente estimados, tendo por base os contratos em vigor e o histórico de produção do ano e de anos anteriores. O montante de prémios brutos emitidos reconhecido no mês de Dezembro de 2015 ascendeu a 4.573 milhares de euros (mês de Dezembro de 2014: 4.325 milhares de euros).

4. REPORTE POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos. A Companhia considera como área de negócio o território nacional, pelo que todos os contratos são celebrados em Portugal.

Nos exercícios de 2015 e 2014, os prémios brutos emitidos ascenderam a 54.096.786 euros e 54.230.331 euros, respectivamente, e dizem respeito exclusivamente a contratos celebrados em Portugal.

O relato por segmentos de 2015 é como segue:

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Resultado de resseguro
Acidentes e doença	20.602	22.140	7.725	2.815	7.926
Responsabilidade civil geral	2.435	2.554	536	(23)	3.901
Protecção jurídica	1.094.904	1.137.624	806.721	167.946	13.070
Assistência	51.787.943	51.898.365	42.169.485	9.031.524	-
Perdas pecuniárias diversas	1.190.902	1.295.207	756.124	225.224	24.268
TOTAL GERAL	54.096.786	54.355.890	43.740.591	9.427.487	49.165

O resultado de resseguro é em 2015 uma perda para a Companhia.

O relato por segmentos de 2014 é como segue:

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Resultado de resseguro
Acidentes e doença	21.239	22.701	2.758	2.116	8.716
Responsabilidade civil geral	2.684	2.586	63	191	2.275
Protecção jurídica	1.013.510	968.874	649.465	106.999	-
Assistência	52.358.527	51.857.976	42.774.623	7.086.920	11.373
Perdas pecuniárias diversas	834.370	1.568.102	1.212.672	210.519	87.949
TOTAL GERAL	54.230.331	54.420.239	44.639.581	7.406.744	110.312

O resultado de resseguro é em 2014 uma perda para a Companhia.

O resultado técnico, os activos e passivos por segmento em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 são os seguintes:

	2015			
	Ramos não Vida	Protecção jurídica	Assistência	Outros ramos
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	54.275.364	1.137.624	51.863.849	1.273.891
Resultado dos investimentos	1.352.431	28.347	1.292.341	31.743
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(43.709.229)	(806.721)	(42.159.236)	(743.272)
Custos de exploração, líquidos de resseguro	(9.490.726)	(167.946)	(9.094.763)	(228.017)
Outros rendimentos e gastos	441.463	-	441.463	-
Resultado técnico	2.869.301	191.304	2.343.652	334.345
Activos afectos à representação das provisões técnicas	38.922.822	1.627.836	35.399.736	1.895.250
Provisões técnicas	27.695.553	1.158.287	25.188.699	1.348.566

	2014			
	Ramos não Vida	Protecção jurídica	Assistência	Outros ramos
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	54.265.835	968.873	51.844.598	1.452.365
Resultado dos investimentos	1.347.299	24.055	1.287.185	36.059
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(44.595.490)	(649.465)	(42.772.617)	(1.173.408)
Custos de exploração, líquidos de resseguro	(7.461.704)	(106.999)	(7.141.880)	(212.825)
Outros rendimentos e gastos	93.307	-	93.307	-
Resultado técnico	3.649.248	236.464	3.310.593	102.191
Activos afectos à representação das provisões técnicas	41.974.105	1.859.839	37.764.914	2.349.352
Provisões técnicas	28.516.960	1.263.564	25.657.260	1.596.136

5. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro são como segue:

Ramo técnico	2015			
	Seguro directo	Resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	11.634	8.968	(7.926)	12.676
Responsabilidade civil geral	2.435	-	(3.901)	(1.466)
Protecção jurídica	1.413	1.093.491	-	1.094.904
Assistência	1.942.494	49.845.449	(34.517)	51.753.427
Perdas pecuniárias diversas	1.184.251	6.652	-	1.190.902
	<u>3.142.227</u>	<u>50.954.560</u>	<u>(46.344)</u>	<u>54.050.443</u>
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	94.265	164.839	(34.183)	224.921
	<u>3.236.491</u>	<u>51.119.399</u>	<u>(80.527)</u>	<u>54.275.364</u>

Ramo técnico	2014			
	Seguro directo	Resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	10.384	10.855	(8.716)	12.523
Responsabilidade civil geral	2.684	-	(2.275)	409
Protecção jurídica	830	1.012.680	-	1.013.510
Assistência	2.230.095	50.128.433	(13.379)	52.345.149
Perdas pecuniárias diversas	827.962	6.409	-	834.370
	<u>3.071.954</u>	<u>51.158.377</u>	<u>(24.369)</u>	<u>54.205.962</u>
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	905.694	(715.786)	(130.034)	59.874
	<u>3.977.648</u>	<u>50.442.591</u>	<u>(154.403)</u>	<u>54.265.835</u>

O decréscimo do resseguro cedido deve-se ao cancelamento do contrato com a resseguradora Europ Assistance Holding - Irish Branch.

6. CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros, líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2015			Líquido
	Seguro directo	Resseguro aceite	Resseguro cedido	
Montantes pagos				
Prestações	1.484.470	32.628.443	(34.362)	34.078.550
Custos de gestão de sinistros imputados	614.058	9.620.235	-	10.234.293
Provisão para sinistros (variação)	(156.114)	(450.499)	3.000	(603.614)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	1.942.413	41.798.178	(31.362)	43.709.229
	2014			Líquido
	Seguro directo	Resseguro aceite	Resseguro cedido	
Montantes pagos				
Prestações	1.857.412	32.377.935	(72.999)	34.162.348
Custos de gestão de sinistros imputados	726.464	9.651.595	-	10.378.059
Provisão para sinistros (variação)	21.566	4.610	28.908	55.084
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2.605.441	42.034.140	(44.091)	44.595.490

Ver Nota 8 com detalhe dos custos imputados às funções.

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afectos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido:

	2015		2014	
	Seguro directo	Resseguro aceite	Seguro directo	Resseguro aceite
Conta Técnica				
Prémios adquiridos	3.236.491	51.119.399	3.977.648	50.442.591
Proveitos técnicos	3.236.491	51.119.399	3.977.648	50.442.591
Custos com sinistros	1.942.413	41.798.178	2.605.441	42.034.140
Participação nos resultados	(15.886)	79.125	4.673	50.287
Custos de exploração	578.323	8.849.163	555.847	6.850.897
Custos técnicos	2.504.851	50.726.467	3.165.960	48.935.324
Resultado financeiro	80.527	1.271.903	98.476	1.248.823
Margem técnica	812.168	1.664.835	910.164	2.756.090
Rácio de sinistralidade (1)	60,0%	81,8%	65,5%	83,3%
Rácio de despesas (2)	17,4%	17,5%	14,1%	13,7%
Rácio combinado (3)	77,4%	99,2%	79,6%	97,0%
Rácio operacional (4)	74,9%	96,7%	77,1%	94,5%

1) Rácio da taxa de sinistralidade mede o peso dos sinistros em relação aos prémios adquiridos.

2) Rácio de despesa mede o peso do custo com participação nos resultados e dos custos de exploração em relação aos prémios adquiridos

3) Rácio combinado mede a estrutura dos custos técnicos face aos prémios adquiridos.

4) Rácio operacional mede o peso dos custos técnicos, líquidos do resultado financeiro, em relação aos prémios adquiridos.

7. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica de participação nos resultados, líquida de resseguro, respeita ao acréscimo efectuado pela Companhia relativamente aos montantes estimados atribuíveis aos tomadores de seguros em contratos de seguro com participação nos resultados (ver adicionalmente a Nota 22).

Ramos técnicos	2015			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	182.544	(35.275)	63.239	210.508
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	<u>182.544</u>	<u>(35.275)</u>	<u>63.239</u>	<u>210.508</u>

Ramos técnicos	2014			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	247.807	(120.223)	54.960	182.544
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	<u>247.807</u>	<u>(120.223)</u>	<u>54.960</u>	<u>182.544</u>

8. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2015		Total	2014
	Conta técnica	Conta não técnica		
Custos de aquisição				
Comissões de mediação e de resseguro aceite	1.512.785	-	1.512.785	1.378.248
Custos imputados	2.783.850	-	2.783.850	2.007.882
Total de custos de aquisição	4.296.635	-	4.296.635	3.386.130
Custos de aquisição diferidos (variação)	16.347	-	16.347	52.030
Custos administrativos				
Custos imputados	5.114.506	-	5.114.506	3.968.584
Total de custos administrativos	5.114.506	-	5.114.506	3.968.584
Custos e gastos de exploração líquidos	9.427.487	-	9.427.487	7.406.744

Os custos são inicialmente contabilizados pela sua natureza (custos indirectos) e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, a Custos de aquisição, a Custos administrativos, a Custos com sinistros e a Custos associados à gestão dos investimentos.

A metodologia de imputação utilizada para 2015 foi consistente com a adoptada em 2014.

Os custos por natureza imputados por função são analisados como segue:

	2015	2014
Custos com sinistros	10.234.292	10.378.059
Custos de aquisição	2.783.850	2.007.882
Custos administrativos	5.114.506	3.968.584
Custos de gestão dos investimentos	73.473	108.836
Total	18.206.121	16.463.361

A desagregação por natureza é analisada como segue:

	2015	2014
Custos com o pessoal	12.200.785	10.937.641
Fornecimentos e serviços externos:		
Royalties e management fees	1.863.435	759.915
Publicidade e propaganda	649.096	744.642
Deslocações, estadas e despesas de representação	219.855	347.871
Trabalhos especializados	507.697	586.602
Comunicações	449.230	496.721
Rendas e alugueres:		
Aluguer de edifícios	468.815	470.090
Outras rendas e alugueres	246.091	286.206
Conservação e reparação	509.412	663.045
Electricidade	175.107	145.984
Seguros	92.970	72.124
Limpeza, higiene e conforto	76.324	87.206
Avenças e honorários	67.885	74.546
Outros	266.993	330.778
	5.592.908	5.065.729
Impostos e taxas	132.217	131.774
Amortizações/depreciações do exercício:		
Activos intangíveis	54.043	60.337
Activos tangíveis	152.696	159.044
	206.738	219.381
Comissões de administração de valores (investimentos)	73.473	108.836
Total	18.206.121	16.463.361

No exercício de 2015 foram reconhecidos custos referentes a regularizações nos contratos de management fees e royalties celebrados com a Europ Assistance holding no montante de 617.280 Euros e 121.060 Euros, respectivamente.

Os custos com pessoal decompõem-se como segue:

	2015	2014
Remunerações		
- dos órgãos sociais	662.020	757.450
- do pessoal	7.468.024	7.506.819
Encargos sobre remunerações	1.686.294	1.754.979
Benefícios pós-emprego		
- Planos de contribuição definida	201.206	240.683
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	24.014	(4.989)
Seguros obrigatórios	742.411	679.390
Outros gastos com pessoal (essencialmente, indemnizações)	1.416.816	3.310
Total	<u>12.200.785</u>	<u>10.937.641</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 o Conselho de Administração é composto por 4 elementos, dos quais 1 com funções executivas (Manrico Iachia).

Em 31 de Dezembro de 2014 o Conselho de Administração é composto por 5 elementos, dos quais 2 com funções executivas (Manrico Iachia e Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 não existiam créditos concedidos pelo Grupo aos membros do Conselho de Administração.

No exercício de 2015 os membros do Conselho de Administração auferiram remunerações no montante de 662.020 euros (2014: 757.450 euros). Os Administradores executivos Manrico Iachia e Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga auferiram remunerações no montante de 454.520 euros e 179.500 euros, respectivamente (2014: 466.770 euros, 290.680 euros). A Companhia incorreu ainda em custos com o Conselho de Administração relativos a outros Benefícios de Curto Prazo no montante de 68.626 euros (2014: 102.721 euros) e a Benefícios Pós-emprego (Fundo de Pensões) no montante de 7.985 euros (2014: 17.582 euros).

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a Companhia teve, em média, 326 e 322 trabalhadores ao seu serviço, respectivamente, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

	2015	2014
Dirigentes executivos	2	2
Quadros superiores	11	11
Quadros médios	7	7
Profissionais altamente qualificados	48	47
Profissionais qualificados	258	255
Total	<u>326</u>	<u>322</u>

Adicionalmente, apresenta-se o número de trabalhadores por categoria profissional no final dos exercícios de 2015 e 2014:

Categoria Profissional	2015	2014
Administrador	2	2
Director Coordenador	1	1
Director de Serviços	4	4
Director Adjunto	5	6
Chefe de Serviços	2	3
Gestor Técnico	4	4
Secretárias	5	5
Coordenador Operacional	18	21
Especialista Operacional	234	237
Assistente Operacional	7	-
Assistente Operacional Estagiário	23	27
Técnico	18	17
	<u>323</u>	<u>327</u>

Os serviços prestados pelos Revisores Oficiais de Contas são registados nas rubricas de trabalhos especializados. Durante o ano de 2015 foram registados 52.000 euros (2014: 42.000 euros) de gastos do exercício para efeito do trabalho de revisão legal das contas individuais e consolidadas e adicionalmente da revisão aos mapas de reporte prudencial submetidos ao ASF e revisão intercalar.

O Conselho Fiscal auferiu 11.000 euros durante o ano de 2015 (2014: 11.000 euros).

9. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo – ver Nota 8.

Benefícios pós-emprego:

Plano de Reforma Individual (PIR)

De acordo com o n.º 1 da cláusula 48º do novo CCT, “todos os trabalhadores no activo em efectividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato colectivo de trabalho”. Ainda de acordo com o novo CCT no n.º 2 da cláusula 48º “o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados, calculado a 31 de Dezembro de 2011, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo, admitidos até 22 de Junho de 1995, que estavam abrangidos pelo disposto na cláusula 51.ª, n.º 4, do CCT, cujo texto consolidado foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de Agosto de 2008, será convertido em contas individuais desses trabalhadores, nos termos e de acordo com os critérios que estiverem previstos no respectivo fundo de pensões ou seguro de vida, integrando o respectivo plano individual de reforma”.

Face ao exposto, o plano de benefícios definidos foi liquidado e o saldo das responsabilidades integralmente financiada a 31 de Dezembro de 2011 sendo transferido para um plano individual de reforma.

Plano de contribuição definida

No exercício de 2015 a contribuição para o plano de contribuição definida existente foi de 201.206 euros.

No exercício de 2014 a contribuição para o plano de contribuição definida existente foi de 240.230 euros. A contribuição efectuada no exercício de 2014 inclui uma contribuição extraordinária de 54.609 euros resultante da revisão do CCT publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 45 de 8 de Dezembro de 2014. A contribuição extraordinária é aplicável aos trabalhadores admitidos na empresa em data anterior a 31 de Dezembro de 2012 e que prestem efectivamente trabalho na mesma desde, pelo menos, aquela data, na modalidade de contrato sem termo. Esta contribuição extraordinária corresponde a 1,25% da respectiva retribuição base anual auferida no exercício de 2014.

No exercício de 2015 e 2014 a quantia dos activos do plano de contribuição definida é de 3.845.214 euros e de 3.652.494 euros, respectivamente. No exercício de 2015 e 2014 a rentabilidade efectiva agregada do novo fundo foi de -0,83% e de 5,97%, respectivamente.

Outros benefícios de longo prazo

Ao abrigo do novo CCT, a cláusula 41 contempla a obrigação de a Companhia atribuir aos colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efectivo mensal. Após o trabalhador completar 50 anos de idade e logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário é substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia ;
- c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia .

10. RENDIMENTOS

Os rendimentos por categorias de activos financeiros são analisados como segue:

	2015	2014
Rendimentos		
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Juros	366.727	522.965
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber		
Juros	79.876	80.611
Depósitos em instituições de crédito		
Juros	5.575	7.326
	<u>452.178</u>	<u>610.902</u>
Outros		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
Dividendos	1.674.425	599.400
	<u>1.674.425</u>	<u>599.400</u>
Total	<u>2.126.603</u>	<u>1.210.302</u>

A variação positiva na rubrica de “Rendimentos – Outros” no valor de 1.100.000 euros refere-se ao dividendo distribuído pela filial Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda no exercício de 2015.

11. GASTOS FINANCEIROS

A rubrica de gastos financeiros respeita exclusivamente a custos operacionais imputados à função investimentos (ver Nota 8) no valor de 73.473 euros (2014: 108.836 euros).

	2015	2014
Gastos de investimentos		
Custos imputados - ver nota 8 - comissão de administração de valores (instrumentos financeiros)	73.473	108.836
	<u>73.473</u>	<u>108.836</u>

12. GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas decompõem-se, em 2015 e 2014, como segue:

	2015	2014
Activos financeiros disponíveis para venda		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	352.967	869.727
Acções e outros títulos de rendimento variável	489.176	(154.740)
	<u>842.143</u>	<u>714.987</u>

13. DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2 e é analisada conforme segue:

	2015	2014
Activos financeiros disponíveis para venda	137.159	137.565
	<u>137.159</u>	<u>137.565</u>

A rubrica “Diferenças de câmbio” respeita integralmente a variações cambiais ocorridas em títulos de dívida detidos expressos em dólares norte americanos. Ver anexo I com detalhe dos activos financeiros.

14. OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)

O saldo apresentado na rubrica Outras provisões (variação) é respeitante aos ajustamentos efectuados aos recibos por cobrar e às dívidas de cobrança duvidosa.

Em 2015 e 2014 a variação compõem-se como segue:

	2015	2014
Outras provisões (variação)		
Tomadores de seguros	29.498	13.833
Outros devedores	6.034	(1.249)
	<u>35.532</u>	<u>12.584</u>

15. OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

No exercício de 2015 e 2014 a rubrica “Outros rendimentos/gastos” apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Outros gastos		
Gastos e perdas não recorrentes	(24.568)	(27.691)
Gastos e perdas financeiras	(24.787)	(29.913)
Outros rendimentos		
Prestação de serviços de gestão e assistência técnica	670.768	671.381
Restituição de impostos	-	51.698
Rendimentos e ganhos financeiros	79.815	59.437
	<u>701.228</u>	<u>724.912</u>

No exercício de 2015, a rubrica “Outros rendimentos” inclui um montante relativo aos contratos de prestação de serviços celebrados com as empresas detidas EA Brasil e EA Argentina e a associada EA Chile, enquadrando a prestação de serviços de gestão e assistência técnica no âmbito do qual se receberam montantes de 517.739 euros (2014: 517.739 euros), 106.010 euros (2014: 106.010 euros) e 43.174 euros (2014: 38.617 euros), respectivamente.

16. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo de Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

	2015	2014
Caixa	5.888	7.918
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.975.766	3.261.520
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	<u>1.981.654</u>	<u>3.269.438</u>

17. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

A empresa-mã da Companhia é a Europ Assistance Holding (ver Nota 30).

A empresa-mã do Grupo Europ-Assistance é a Assicurazioni Generali Spa, que se encontra sediada em Itália.

Os investimentos financeiros nas filiais encontram-se valorizados ao seu custo de aquisição, e sujeitas a testes de imparidade, anualmente.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a Companhia detém o seguinte conjunto de investimentos:

Nome da empresa / sede	Classificação	Método de valorização	Participação detida	2015		
				Capitais próprios	Resultado do exercício	Valor de balanço da filial
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75, 10º 1070-061 Lisboa (Portugal)	Filial	Custo	99,90%	977.448	581.124	3.515.713
Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.* Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75, 10º 1070-061 Lisboa (Portugal)	Filial	Custo	100%	10.338.059	1.294.184	10.357.951

* Demonstrações financeiras não auditadas (pressuposto: participações valorizadas ao custo)

Nome da empresa / sede	Classificação	Método de valorização	Participação detida	2014 (Reexpresso)		
				Capitais próprios	Resultado do exercício	Valor de balanço da filial
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75, 10º 1070-061 Lisboa (Portugal)	Filial	Custo	99,90%	977.448	581.124	3.515.713
Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.* Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75, 10º 1070-061 Lisboa (Portugal)	Filial	Custo	100%	10.143.875	1.110.821	10.168.318

* Demonstrações financeiras não auditadas (pressuposto: participações valorizadas ao custo)

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 os investimentos apresentam a seguinte segregação por empresa e composição do valor de balanço:

	2015	2014 (reexpresso)	2014
Partes de capital em empresas filiais			
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	249.750	249.750	9.310.631
Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.	3.400.000	3.400.000	68.091.449
	<u>3.649.750</u>	<u>3.649.750</u>	<u>77.402.080</u>

As alterações aos valores das participações foram como segue:

	Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.	Total
Valor de balanço em 01 de Janeiro de 2014	9.310.631	68.091.449	77.402.080
Alteração de política contabilística (IAS 8)	(9.060.881)	(64.691.449)	(73.752.330)
Valor de balanço em 31 de Dezembro de 2014	249.750	3.400.000	3.649.750
Alterações ocorridas no exercício:			
Aquisições	-	-	-
Alienações	-	-	-
Valor de balanço em 31 de Dezembro de 2015	249.750	3.400.000	3.649.750

Através das suas filial Ponte Alta, a Companhia detém participações em subsidiárias na Argentina e Macau, numa associada no Chile e num empreendimento conjunto no Brasil, conforme indicado na tabela que se segue:

Entidade	Percentagem de participação	
	2015	2014
Europ Assistance Macau	70,00%	70,00%
Europ Assistance Argentina	56,10%	56,10%
Europ Assistance Chile	25,50%	25,50%
EABS Serviços de Assistência e Participações, SA (Brasil)	50,00%	50,00%

Considerando a informação financeira disponível à data das entidades acima referidas, detidas indirectamente pela Companhia através da sua subsidiária Ponte Alta, não constatámos indícios de imparidade no valor dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

18. ACTIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisado como segue:

	2015					
	Custo amortizado (1)	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Resultados(*)	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De dívida pública	6.887.772	51.225	-	432.903	-	7.371.900
De outros emissores públicos	1.546.156	1.315	-	6.578	-	1.554.049
De outros emissores	21.416.827	56.379	-	106.243	137.159	21.716.607
Acções	-	-	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	3.440.183	-	-	874.150	-	4.314.332
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	33.290.938	108.918	-	1.419.874	137.159	34.956.889

	2014					
	Custo amortizado (1)	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Resultados(*)	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De dívida pública	5.558.105	44.988	-	491.179	-	6.094.272
De outros emissores públicos	2.517.633	23.119	-	217.537	-	2.758.289
De outros emissores	22.694.613	86.130	-	394.857	137.565	23.313.166
Acções	-	-	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	3.640.987	-	-	1.033.169	-	4.674.156
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	34.411.338	154.237	-	2.136.741	137.565	36.839.882

(1) Ou custo de aquisição no caso de acções e outros títulos de rendimento variável.

(*) O montante de 137.159 euros e 137.565 euros reconhecido em resultados nos exercícios de 2015 e 2014 resulta de diferenças cambiais de títulos detidos em moeda estrangeira (ver Nota 13).

É efectuada também uma análise de maturidade dos activos financeiros, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, cujo resultado foi o seguinte:

(em milhares de euros)

2015	< 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos	S/maturidade	Total
Activos disponíveis para venda	142	3.522	13.772	13.206	4.314	34.957

(em milhares de euros)

2014	< 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos	S/maturidade	Total
Activos disponíveis para venda	400	3.762	11.909	16.094	4.674	36.840

Ver Nota 31 para efeitos de classificação dos activos nos níveis definidos na IFRS 13.

19. EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

A saldo da rubrica “Empréstimos e contas a receber” corresponde na sua totalidade a depósitos junto de empresas cedentes. Em 2015 e 2014 o total a receber junto de empresas cedentes ascendia a 1.982.013 euros e 1.825.335 euros, respectivamente.

20. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

No reconhecimento inicial dos valores dos outros activos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correcto de um dado activo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Companhia opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Sempre que haja evidência objectiva que o valor escriturado dos activos fixos tangíveis excede o seu valor realizável, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, de acordo com a metodologia proposta pela IAS 36 em articulação com a IAS 16.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2015 são analisados como segue:

RUBRICAS	2015						
	Saldo inicial		Aquisições	Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício	
	Valor bruto	Depreciações				Reforço	Regularizações
Equipamento administrativo	566.554	484.737	11.693	-	-	23.060	-
Máquinas e ferramentas	289.028	255.325	65.949	-	-	20.476	-
Equipamento informático	613.110	573.560	24.212	-	-	27.842	-
Instalações interiores	810.327	628.360	25.313	-	-	56.234	-
Material de transporte	35.390	35.390	-	-	-	-	-
Equipamento hospitalar	25.785	25.062	-	-	-	181	-
Outras imobilizações corpóreas	305.015	61.233	-	-	-	1.307	-
Despesas em edifícios arrendados	1.698.775	1.560.963	6.833	-	-	23.598	-
Total	4.343.984	3.624.629	133.999	-	-	152.696	-

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2014 são analisados como segue:

RUBRICAS	2014						
	Saldo inicial		Aquisições	Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício	
	Valor bruto	Depreciações				Reforço	Regularizações
Equipamento administrativo	556.661	459.435	9.893	-	-	25.302	-
Máquinas e ferramentas	264.600	238.952	24.429	-	-	16.373	-
Equipamento informático	553.788	546.270	59.322	-	-	27.290	-
Instalações interiores	804.947	563.766	5.380	-	-	64.593	-
Material de transporte	35.390	35.390	-	-	-	-	-
Equipamento hospitalar	24.881	24.024	904	-	-	1.038	-
Outras imobilizações corpóreas	294.560	59.699	10.455	-	-	1.534	-
Despesas em edifícios arrendados	1.686.866	1.538.048	11.909	-	-	22.914	-
Total	4.221.692	3.465.585	122.292	-	-	159.044	-

Considera-se que o valor contabilístico relevado não difere significativamente do valor de realização dos activos tangíveis detidos. Durante os exercícios de 2015 e 2014 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos activos tangíveis.

21. OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2015 são analisados como segue:

Rubricas	2015							Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial		Aquisições	Transferências		Amortizações do exercício		
	Valor bruto	Amortizações		e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	
Despesas com aplicações informáticas	973.353	937.982	73.281	-	-	54.043	-	54.610
Total	973.353	937.982	73.281	-	-	54.043	-	54.610

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2014 são analisados como segue:

Rubricas	2014							Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial		Aquisições	Transferências		Amortizações do exercício		
	Valor bruto	Amortizações		e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	
Despesas com aplicações informáticas	945.872	877.645	27.480	-	-	60.337	-	35.371
Total	945.872	877.645	27.480	-	-	60.337	-	35.371

Durante os exercícios de 2015 e 2014 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos activos intangíveis.

22. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRECTO, RESSEGURO ACEITE E CEDIDO

À data de 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o saldo desta rubrica é analisado como segue:

	2015			2014		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	18.764.422	(2.266)	18.762.155	19.007.179	(36.449)	18.970.729
Provisão para sinistros	8.720.623	-	8.720.623	9.327.237	(3.000)	9.324.237
Provisão para participação nos resultados	210.508	-	210.508	182.544	-	182.544
Total de provisões técnicas	27.695.553	(2.266)	27.693.287	28.516.960	(39.449)	28.477.511

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo e resseguro aceite é reflectida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) e a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é reflectida no activo, sendo ambas analisadas como segue:

	2015			2014		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	6.328	-	6.328	7.763	-	7.763
Responsabilidade civil geral	527	-	527	633	-	633
Protecção jurídica	383.644	-	383.644	423.826	-	423.826
Assistência	17.084.823	-	17.084.823	17.204.280	-	17.204.280
Perdas pecuniárias diversas	1.289.099	(2.266)	1.286.832	1.370.676	(36.449)	1.334.227
Provisão para prémios não adquiridos	18.764.422	(2.266)	18.762.155	19.007.179	(36.449)	18.970.729

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício.

A provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 1.794.677 euros (2014: 1.790.516 euros) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR). A provisão para IBNR corresponde a uma taxa genérica de 4% (2014: 4%) e para os custos de gestão de sinistros considerou-se uma taxa de 10% (2014: 10%) aplicada à provisão para sinistros declarados do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica é analisada como segue:

	2015			2014		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	5.340	-	5.340	940	-	940
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	675.957	-	675.957	741.924	-	741.924
Assistência	5.600.927	-	5.600.927	5.952.296	-	5.952.296
Perdas pecuniárias diversas	14.092	-	14.092	156.404	(3.000)	153.404
Sub-total	6.296.316	-	6.296.316	6.851.564	(3.000)	6.848.564
Provisão para IBNR	1.794.677	-	1.794.677	1.790.516	-	1.790.516
Provisão para gestão de sinistros	629.631	-	629.631	685.156	-	685.156
Total da provisão para sinistros	8.720.623	-	8.720.623	9.327.237	(3.000)	9.324.237

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

	Provisão para sinistros em 31.12.2014 (1)	Sinistros* pagos em 2015 (2)	Provisão para sinistros* em 31.12.2015 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	1.034	600	1.980	1.546
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	816.116	509.202	363.175	56.261
Assistência	6.547.526	4.566.425	398.249	(1.582.852)
Perdas pecuniárias diversas	172.045	6.289	-	(165.756)
Total	7.536.721	5.082.516	763.404	(1.690.801)

* Sinistros ocorridos no ano de 2014 e anteriores.

	Provisão para sinistros em 31.12.2013 (1)	Sinistros* pagos em 2014 (2)	Provisão para sinistros* em 31.12.2014 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	-	550	-	550
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	949.605	483.930	523.515	57.840
Assistência	6.500.892	4.090.376	1.782.620	(627.897)
Perdas pecuniárias diversas	135.481	29.472	904	(105.105)
Total	7.585.978	4.604.327	2.307.039	(674.612)

* Sinistros ocorridos no ano de 2013 e anteriores.

A determinação dos custos com sinistros a 31 de Dezembro de 2015 é analisada como segue:

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

	2015			
	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	720	2.076	4.929	7.725
Responsabilidade civil geral	-	536	-	536
Protecção jurídica	681.217	190.599	(65.094)	806.721
Assistência	32.674.220	9.872.333	(377.068)	42.169.485
Perdas pecuniárias diversas	756.756	168.749	(169.381)	756.124
Total	34.112.912	10.234.293	(606.614)	43.740.591

A determinação dos custos com sinistros a 31 de Dezembro de 2014 é analisada como segue:

	2014			
	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	1.090	659	1.009	2.758
Responsabilidade civil geral	-	63	-	63
Protecção jurídica	583.522	205.374	(139.431)	649.465
Assistência	32.693.902	9.964.143	116.578	42.774.623
Perdas pecuniárias diversas	956.833	207.820	48.019	1.212.672
Total	34.235.347	10.378.059	26.176	44.639.581

A provisão para participação nos resultados é calculada contrato a contrato em função de uma percentagem sobre a conta técnica desse mesmo contrato e é reflectida no passivo.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica é analisada como segue:

	2015			2014		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	210.508	-	210.508	182.544	-	182.544
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-	-	-
Provisão para participação nos resultados	210.508	-	210.508	182.544	-	182.544

A movimentação do ano analisa-se como segue:

	2015			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	182.544	(35.275)	63.239	210.508
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	182.544	(35.275)	63.239	210.508

	2014			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	247.807	(120.223)	54.960	182.544
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	247.807	(120.223)	54.960	182.544

23. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisado como segue:

	2015	2014
Contas a receber por operações de seguro directo		
Contas em cobrança	294.554	627.903
Ajustamentos	(94.085)	(119.566)
	<u>200.469</u>	<u>508.337</u>
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Ressegurados	4.294.617	3.584.093
Resseguradores	24.113	68.793
	<u>4.318.730</u>	<u>3.652.886</u>
Contas a receber por outras operações		
Refacturações a segurados	25.255	23.612
Outros devedores	1.042.934	969.816
Ajustamentos	-	(10.051)
	<u>1.068.189</u>	<u>983.377</u>
TOTAL GERAL	<u><u>5.587.388</u></u>	<u><u>5.144.600</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2015 a rubrica “Outros devedores” inclui débitos em aberto pela prestação de serviços de gestão da EA Brasil e EA Argentina no valor de 105.437 Euros e 420.742 Euros, respectivamente (ver Nota 15).

Em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica “Outros devedores” inclui débitos em aberto pela prestação de serviços de gestão da EA Brasil e EA Argentina no valor de 110.099 Euros e 341.234 Euros, respectivamente (ver Nota 15).

24. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2015 foi apurado com base na taxa nominal de IRC de 21% (2014: 23%), aplicável à matéria colectável da Companhia. A esta taxa acresce a derrama municipal aplicável ao lucro tributável, a qual ascende a 1,5% (2014: 1,5%). Adicionalmente, relativamente ao exercício de 2015 e 2014, foi ainda considerada uma taxa de 3% de derrama estadual sobre o lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de euros.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante o período de quatro anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devidos essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das Demonstrações Financeiras.

O imposto sobre os lucros dos exercícios de 2015 e 2014, desagrega-se da seguinte forma:

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

	2015	2014
Imposto do exercício	1.210.408	1.297.693
Imposto diferido	(141.454)	14.966
Impostos sobre lucros	<u>1.068.954</u>	<u>1.312.659</u>

No exercício de 2015 e 2014 o imposto foi apurado de acordo com as seguintes taxas nominais:

Imposto	2015	2014
Matéria colectável	21%	23%
Lucro tributável	1,5%	1,5%
Lucro tributável acima de 1,5 milhões de euros e até 7,5 milhões de euros	3%	3%

A taxa de imposto efectiva do exercício ascende a 20,3 % (2014: 26,4%). A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efectiva de imposto é como segue:

	2015	2014
Resultado antes de imposto	5.256.563	4.979.629
Taxa nominal + Derrama	1.182.727	1.220.009
Imposto sobre o rendimento	1.068.954	1.312.659
Corrente	1.210.408	1.297.693
Diferido	(141.454)	14.966
Taxa efectiva	20,3%	26,4%
Diferença entre taxa efectiva e nominal	113.773	(92.650)
Tributação autónoma	188.458	209.086
Derrama estadual	80.523	78.666
Anulação do I.D. para provisões não aceites fiscalmente	(141.454)	14.966
Reversão de provisões tributadas	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-
Benefícios fiscais e outros ajustes	(74.583)	(89.158)
Dividendos pagos por filiais	(376.746)	(146.853)
Ajustamentos decorrentes da aplicação do justo valor	(33.142)	(34.193)
Excesso/Insuficiência de estimativa	(1.860)	12.666
Outras diferenças permanentes	245.031	47.470

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 foram reconhecidas reservas por impostos diferidos em capital próprio como segue:

	2015	2014
Imposto diferido		
Reserva de justo valor	(362.068)	(544.869)
Total de imposto registado em capital próprio	(362.068)	(544.869)

Os impostos correntes reportados nos exercícios de 2015 e 2014 foram reconhecidos como segue:

	2015	2014
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento	246.253	319.120
Retenções de imposto na fonte	480.982	504.479
Contribuições para a Segurança Social	249.277	243.507
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	50.765	154.986
Outros impostos e taxas	43.634	82.091
	1.070.911	1.304.183

Os activos e passivos por impostos diferidos reportados nos exercícios de 2015 e 2014 foram reconhecidos como segue:

	2015	Impacto em CP	Impacto em G&P	2014	Impacto em CP	Impacto em G&P	2013
Impostos diferidos activos							
Provisão para prémios de desempenho e indemnizações	278.421	-	176.429	101.992	-	(14.966)	116.958
Total	278.421	-	176.429	101.992	-	(14.966)	116.958
Impostos diferidos passivos							
Valias potenciais do activos financeiros em carteira	(397.043)	(182.801)	(34.975)	(544.869)	311.812	-	(233.057)
Valias potenciais de investimentos em filiais	-	-	-	-	(16.582.546)	-	(16.582.546)
Total	(397.043)	(182.801)	(34.975)	(544.869)	(16.270.734)	-	(16.815.603)
Impacto total em Ganhos e Perdas			141.454			(14.966)	
Impacto total em Capital Próprio		182.801			16.270.734		

No exercício de 2014 a Companhia procedeu à anulação dos impostos diferidos passivos no valor de 16.582.546 euros em virtude da reforma fiscal do IRC. A alteração à norma visa a não relevância fiscal das mais-valias e menos valias apuradas na alínea de participações societárias, quando o sujeito passivo detenha directamente uma participação no capital não inferior a 5% e detenção da titularidade das partes de capital durante um período mínimo de 24 meses.

25. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A rubrica de acréscimos e diferimentos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

	2015	2014
Acréscimos e diferimentos activos		
Gastos diferidos com rendas	46.194	46.194
Gastos diferidos com seguros	23.644	(6.250)
Outros gastos diferidos	115.492	106.655
Outros rendimentos diferidos	121.230	58.786
Total	306.560	205.385
Acréscimos e diferimentos passivos		
Acréscimos de custos com remunerações	2.374.335	1.606.850
Receita antecipada diferida	-	294.811
Acréscimos de custos com fornecimentos externos ainda não facturados	740.781	744.271
Total	3.115.116	2.645.932

26. AFECTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DE OUTROS ACTIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ASF.

Rubricas	2015		
	Seguro não Vida		
	Total de activos afectos	Livres	Total
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	3.649.750	3.649.750
Outros investimentos financeiros	38.920.556	-	38.920.556
Outros activos	2.266	6.927.810	6.930.076
	<u>38.922.822</u>	<u>10.577.560</u>	<u>49.500.382</u>

Rubricas	2014 (reexpresso)		
	Seguro não Vida		
	Total de activos afectos	Livres	Total
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	3.649.750	3.649.750
Outros investimentos financeiros	41.934.655	-	41.934.655
Outros activos	39.449	6.206.704	6.246.153
	<u>41.974.105</u>	<u>9.856.454</u>	<u>51.830.558</u>

27. PASSIVOS POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisado como segue:

	2015	2014
Contribuição para fundo de pensões	910	54.609
Prémio de permanência	52.608	69.623
	<u>53.518</u>	<u>124.232</u>

28. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisado como segue:

	2015	2014
Contas a pagar por operações de seguro directo		
Tomadores de seguro - estornos a pagar	48.526	38.293
Mediadores	29.216	30.983
	<u>77.743</u>	<u>69.276</u>
Contas a pagar por outras operações de resseguro		
Resseguradores	346	128
Ressegurados	141.867	233.717
	<u>142.213</u>	<u>233.845</u>
Contas a pagar por outras operações		
Fornecedores	138.471	241.650
Pessoal	121.315	190.255
Credores diversos	99.318	723.719
	<u>359.105</u>	<u>1.155.625</u>
TOTAL	<u><u>579.061</u></u>	<u><u>1.458.745</u></u>

29. CAPITAL, OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL, RESERVAS DE REAValiaÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Capital

i) Indicação dos objectivos e políticas de gestão do capital

A adequação do capital é definida por forma a incorporar uma margem considerada adequada face ao mínimo requerido legalmente para absorver até determinado limite, perdas resultantes das alterações nas taxas de juro e da desvalorização de acções e unidades de participação, assim como potenciais perdas inesperadas.

A principal fonte de capital utilizada pela Companhia é o capital accionista.

Os requisitos de capital reais e previsionais da Companhia são analisados e reavaliados numa base mensal.

No exercício de 2015 e 2014, a política de gestão de capital da Companhia manteve-se estável, sendo a sua solvabilidade adequada face às responsabilidades assumidas.

A Companhia monitoriza a solvência numa óptica mensal. O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a Norma Regulamentar nº 6/2007-R de 27 de Abril e a Norma Regulamentar 12/2008-R de 30 de Outubro da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, sendo baseada em informação financeira estatutária.

A Companhia fechou o exercício de 2015 com um montante de Capitais próprios de 16,6 milhões de euros, valor que é inferior ao valor registado em 2014 (reexpresso), que se cifrou em 17,2 milhões de euros.

Esta evolução negativa é explicada pela evolução da reserva de reavaliação dos investimentos financeiros incluídas na rubrica “Reservas de reavaliação – por ajustamentos no justo valor de activos financeiros”.

A Companhia apresenta uma margem de solvência adequada ao exercício da actividade, que se cifra em 120% em 31 de Dezembro de 2015 (2014 (reexpressa): 125%).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o capital social encontra-se representado por 1.500.000 de acções nominativas, integralmente subscritas e realizadas, com o valor nominal de 5,00 euros cada, conforme detalhado no quadro abaixo.

Entidade	Número de acções		
	2015	2014	% Capital Social
Europ Assistance Holding (França)	794.991	794.991	53,00%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A	705.000	705.000	47,00%
Europ Assistance Holding (França) (a definir)	-	3	0,00%
Antoine Dominique Parisi	3	-	0,00%
Manrico Iachia	3	3	0,00%
Paolo Vagnone	3	3	0,00%
	<u>1.500.000</u>	<u>1.500.000</u>	<u>100,00%</u>

Outros instrumentos de capital

Em 2009, os accionistas da Europ Assistance efectuaram prestações acessórias pecuniárias sujeitas ao regime de prestações suplementares, no montante de 4.500.000 euros, as quais se encontram registadas em Outros Instrumentos de Capital (2.384.991 euros da Europ Assistance Holding, 1.085.000 euros do Banco Espírito Santo, 1.080.000 euros da Companhia de Seguros Tranquilidade e ainda 9 euros dos restantes accionistas). As referidas prestações foram aprovadas na acta n.º 21 da Assembleia Geral de 23 de Janeiro de 2009 e os estatutos da Companhia foram alterados em conformidade. As prestações acessórias não tem prazo de reembolso nem vencem juros.

Durante o ano de 2011, a Companhia procedeu ao pagamento do montante de 1.500.000 euros aos accionistas a título de reembolso parcial das prestações acessórias de que são titulares em proporção das respectivas participações. Este reembolso foi aprovado na acta n.º 27 da Assembleia Geral, de 8 de Julho de 2011. As prestações acessórias efectuadas pelo accionista Banco Espírito Santo transitaram para o accionista Companhia de Seguros Tranquilidade após a alteração da estrutura accionista ocorrida em 2011.

Reservas

i) Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido. Em 31 de Dezembro de 2015 a reserva legal ascendia a 1.718.159 euros (2014: 1.351.462 euros).

ii) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos classificados como disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. Em 31 de Dezembro de 2015 a reserva de reavaliação ascendia a 1.419.874 euros (2014 (reexpresso): 2.136.742 euros).

iii) Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos e de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem. É igualmente registado em capitais próprios o imposto diferido decorrente dos ganhos e perdas actuariais do plano de benefício definido. Em 31 de Dezembro de 2015 a reserva por impostos diferidos ascendia a (362.068) euros (2014: (544.869) euros). Ver Nota 24.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos e diluídos são os seguintes:

	2015	2014
Resultado líquido atribuível aos accionistas	3.768.849	3.300.273
Número de acções	1.500.000	1.500.000
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas (euros)	2,51	2,20

O resultado líquido atribuível aos accionistas foi parcialmente distribuído um dividendo antecipado de 1.000.000 Euros, liquidado durante 2015.

Dividendos por acção

A Assembleia-Geral de 30 de Março de 2015 deliberou a seguinte aplicação do resultado líquido de 2014:

Reserva Legal	366.697,00 Euros
Dividendos	3.300.000,00 Euros
Resultados Transitados	273,04 Euros

O Conselho de Administração propôs a seguinte aplicação do resultado líquido de 2015:

Reserva Legal	418.760,99 Euros
Dividendos	3.750.000,00 Euros
Resultados Transitados	18.848,95 Euros

O valor proposto por acção corresponde a 2,51 euros por acção.

30. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A empresa-mãe da Companhia é a Europ Assistance Holding, com sede em França.
O Grupo Europ-Assistance é detido pela Assicurazioni Generali Spa, com sede em Itália.

A Companhia realiza várias operações com entidades relacionadas. Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o montante dos activos, passivos, rendimentos e gastos relativos a operações realizadas com partes relacionadas resumem-se como segue:

Ano de 2015:

EMPRESA	DESCRIÇÃO DA TRANSACÇÃO	SALDO BALANÇO	GASTO	RENDIMENTO
EUROP ASSISTANCE HOLDING, (FRANÇA)	RESSEGURO CEDIDO	24.113	-	21.113
EUROP ASSISTANCE HOLDING, (FRANÇA)	ROYALTIES	-	316.970	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING, (FRANÇA)	MANAGEMENT FEES	-	1.546.465	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING, (FRANÇA)	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.589.982)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A	PRÉMIOS DE RESSEGURO ACEITE	-	-	14.364.706
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.410.000)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A	COMISSÕES	(98.990)	1.433.167	-
EUROP ASSISTANCE SERVIÇOS, S.A	INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO	249.750	-	-
PONTE ALTA, LDA	INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO	400.000	-	-
PONTE ALTA, LDA	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	3.000.000	-	-
EA BRASIL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	105.437	-	517.739
EA ARGENTINA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	420.742	-	106.010
EA CHILE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	-	-	43.174

Ano de 2014:

EMPRESA	DESCRIÇÃO DA TRANSACÇÃO	SALDO BALANÇO	GASTO	RENDIMENTO
EUROP ASSISTANCE HOLDING, (FRANÇA)	RESSEGURO CEDIDO	68.793	-	39.885
EUROP ASSISTANCE HOLDING, (FRANÇA)	ROYALTIES	(120.248)	147.905	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING, (FRANÇA)	MANAGEMENT FEES	(497.569)	612.010	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING, (FRANÇA)	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.589.982)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A	PRÉMIOS DE RESSEGURO ACEITE	-	-	13.508.452
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.410.000)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A	COMISSÕES	(216.785)	1.307.357	-
EUROP ASSISTANCE SERVIÇOS, S.A	INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO	249.750	-	-
PONTE ALTA, LDA	INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO	400.000	-	-
PONTE ALTA, LDA	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	3.000.000	-	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO ACTIVOS FINANCEIROS, S.A	GESTÃO DE ACTIVOS	-	108.836	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO FUNDOS DE PENSÕES, S.A	GESTÃO DE FUNDO DE PENSÕES	-	240.683	-
EA BRASIL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	110.099	-	517.739
EA ARGENTINA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	341.234	-	106.010
EA CHILE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	-	-	38.617

É convicção da Administração que todas as operações realizadas com empresas relacionadas foram efectuadas a preços de mercado, idênticos a preços praticados em transacções semelhantes com outras entidades.

Remuneração dos órgãos sociais

Ver Nota 8.

31. GESTÃO DOS RISCOS

Política, Objectivos e Processo de Gestão de Riscos

A Companhia encontra-se exposta a um conjunto de riscos que resultam da sua actividade. A continuidade das operações depende, de forma crítica, da eliminação ou controlo dos riscos que podem significativamente afectar uma gestão sã e prudente e, deste modo, comprometer os objectivos estratégicos. É através do conhecimento da natureza, significância e dimensão dos riscos a que se encontra exposta, que a Companhia poderá garantir a solidez do negócio e o seu crescimento sustentado.

Neste sentido, a Administração comprometeu-se a incluir, nos processos internos de tomada de decisão, a consideração dos factores de risco que estão associados à actividade, a desenvolver o seu conhecimento e controlo sobre tais riscos e a implementar, manter e monitorizar um sistema de controlo interno e de gestão de riscos eficaz e dirigido à envolvimento de risco a que a Companhia se encontra sujeita. O compromisso passa também pela garantia dos recursos necessários e pela promoção de uma cultura organizacional que reconheça a importância do controlo interno e da gestão de riscos.

O Sistema de Controlo Interno e de Gestão de Riscos assenta numa estrutura organizacional adequada à dimensão, actividade e nível de complexidade da Companhia, tendo também em consideração a natureza e a especificidade dos riscos que a mesma pretende assumir sob as orientações definidas pelo Órgão de Administração.

A actividade de controlo interno e de gestão de riscos tem como objectivos fundamentais:

- Assegurar a eficiência e eficácia das operações, o desempenho prudente da actividade, a salvaguarda dos activos e uma correta e adequada avaliação de activos e responsabilidades;
- Assegurar a identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo dos riscos a que a Companhia se encontra exposta, interna e externamente, garantindo que os mesmos se mantêm a um nível que não afecte significativamente a sua situação financeira nem os interesses dos credores e accionistas;
- Criar as condições para a existência e prestação de informação fiável e completa;
- Criar as condições para o cumprimento de preceitos legais e regulatórios, assim como de políticas e procedimentos internos.

A testagem, modificação e avaliação do Sistema de Controlo Interno e de Gestão de Riscos são devidamente planeadas e documentadas, sendo o sistema continuamente revisto. Neste âmbito, é elaborado deste 2007 o relatório anual sobre Estrutura Organizacional, Controlo Interno e Gestão de Riscos, dando cumprimento ao art.º 19.º da Norma Regulamentar n.º 14/2005-R e posteriormente respeitando também o artigo 25º da Norma Regulamentar nº 10/2009-R, ambas emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Aspectos Particulares

A Europ Assistance, ao assumir os riscos dos seus clientes, o que faz por via dos processos de subscrição e resseguro, obriga-se a fazer uma gestão adequada à defesa dos interesses que lhe foram confiados. Estes processos incluem o estabelecimento de limites, autonomias e regras específicas para a aceitação e aprovação de determinados riscos, sempre que a sua dimensão ou complexidade o exijam.

A estratégia de subscrição e resseguro da Companhia vai no sentido de explorar e diversificar os riscos, distribuindo-os pelas diferentes indústrias e regiões geográficas onde opera. A Companhia procura otimizar o valor dos accionistas através do alcance dos seus objectivos de médio prazo em termos de "return on equity". Para que isto seja conseguido, é necessária uma estratégia de subscrição e resseguro prudente e estável que potencie vantagens competitivas e que evite a assunção de riscos com um nível de volatilidade susceptível de causar rupturas.

Na base dos processos de subscrição e resseguro encontram-se sólidos processos de governação e monitorização. Estes processos incluem a definição da estratégia, o estabelecimento de objectivos, a definição de responsabilidades, a monitorização da rentabilidade, as auditorias operacionais e o controlo das acções correctivas que irão permitir os melhoramentos necessários.

Categorias de Risco

Num sentido lato, todos os riscos a que a Companhia está exposta são financeiros, por se poderem traduzir em perdas económicas e numa deterioração dos níveis de solvência. Existe contudo um conjunto de riscos directamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções de investimento, financiamento e gestão integrada dos activos financeiros, e não estando directamente relacionados com a gestão de contratos de seguro ou sinistros.

Foram assim definidas pela Companhia as seguintes categorias de risco:

- **Risco técnico:** As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguro, os quais classificam na categoria de risco técnico ou risco específico de seguros. O risco específico de seguros é o risco inerente à comercialização de contratos de seguro, envolvendo portanto questões relacionadas com tarificação e rentabilidade, provisionamento de responsabilidades técnicas e cobertura de sinistros.
- **Risco de crédito:** Risco de perda, ou de evolução desfavorável da situação financeira, decorrente de variações da qualidade de crédito dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes e devedores, sob a forma de risco de incumprimento pela contraparte.
- **Risco de mercado:** Risco de perda, ou de evolução desfavorável da situação financeira, directa ou indirectamente ligada às variações do nível e da volatilidade dos preços de mercado dos elementos do activo e do passivo, bem como dos instrumentos financeiros. Inclui assim movimentos registados em taxas de juro, acções, valores imobiliários, taxas de câmbio¹ e 'spreads', bem como o risco associado a uma concentração excessiva numa única contraparte (ainda no âmbito do risco de mercado).
- **Risco operacional:** Risco de perdas resultantes de procedimentos internos inadequados ou deficientes, do pessoal ou dos sistemas, ou ainda de eventos externos. Inclui assim: má conduta profissional intencional (fraude interna); actividades ilícitas efectuadas por terceiros (fraude externa); práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho; clientes, produtos e práticas comerciais; eventos externos que causem danos nos activos físicos; interrupção da actividade e falhas nos sistemas; riscos relacionados com os processos de negócio; risco de incorrer no incumprimento de disposições legais ou regulatórias (risco de 'compliance').

¹ O risco cambial na Companhia é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A exposição a este risco traduz-se essencialmente na exposição resultante das participações detidas pela filial Ponte Alta no Brasil, Argentina e Chile. O impacto das variações no Real é reflectido directamente no justo valor da participação.

- Outros riscos:

- **Risco de liquidez:** Risco de exposição a perdas na eventualidade de existirem poucos activos com liquidez para cumprir os pagamentos das responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas.

- **Risco estratégico:** Risco do impacto actual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado.

- **Risco de reputação:** Risco de perdas resultantes da deterioração da reputação da Companhia ou da sua posição no mercado, devido a uma percepção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, accionistas, autoridades de supervisão ou público em geral.

31.1 RISCO TÉCNICO OU ESPECÍFICO DE SEGUROS

Este risco contempla as seguintes áreas:

- **Desenho dos Produtos:** risco da Companhia assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.
- **Gestão dos Processos de Sinistro:** sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação). Este risco contempla ainda a necessidade de uma correcta avaliação e monitorização das políticas de resseguro aceite e cedido
- **Resseguro:** este risco contempla também a necessidade de uma correcta avaliação e monitorização das políticas de resseguro aceite e cedido.
- **Tarifação e Subscrição:**
 - Risco associado à identificação e avaliação dos riscos a assumir pela Companhia no âmbito do processo de tarifação: sua adequação tendo por base a experiência de sinistralidade e bases estatísticas. É aqui considerada a monitorização da tarifação através de reportes periódicos onde se afere adequação dos prémios cobrados ou fixados face às responsabilidades / obrigações futuras resultantes desses contratos;
 - Risco associado ao processo de subscrição: definição das coberturas, limites e condições aplicáveis, tendo em conta os universos cobertos e o tipo de risco definido a subscrever.
- **Provisionamento:** risco associado à avaliação e monitorização das provisões e respectiva adequação. O risco de desadequação temporal nas provisões para prémios e insuficiência das provisões para sinistros face aos custos com sinistros.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

No exercício de 2015 e 2014 verificaram-se os seguintes desvios no número de sinistros ocorridos:

	2015		Variação percentual
	Real	Orçamento	
Número de sinistros ocorridos			
Acidentes e doença	28	30	-6,67%
Responsabilidade civil geral	-	-	0,00%
Assistência	472.623	460.683	2,59%
Protecção jurídica	2.281	2.107	8,26%
Perdas pecuniárias diversas	1.610	2.086	-22,82%
Total	476.542	464.906	2,50%

	2014		Variação percentual
	Real	Orçamento	
Número de sinistros ocorridos			
Acidentes e doença	44	95	-61,82%
Responsabilidade civil geral	-	-	0,00%
Assistência	482.144	453.766	4,20%
Protecção jurídica	1.521	1.690	7,03%
Perdas pecuniárias diversas	2.045	1.868	38,90%
Total	485.754	457.419	6,19%

	2015	2014
Número de apólices (Seguro directo)	664	566
Rácio de sinistralidade	80,47%	82,03%

Sendo a actividade da Companhia em 2015 cerca de 94% em resseguro aceite não é possível efectuar análises sobre as concentrações de risco de seguros (2014: 94%).

Análise de sensibilidade:

		(em milhares de euros)	
Incidência de análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2015	2014
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, liquidados de resseguro	(2.185)	(2.230)
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, liquidados de resseguro	(943)	(741)

31.2 RISCOS FINANCEIROS

Risco de Crédito

Este risco está associado a pagamentos de mediadores, corretores, clientes institucionais e utilizadores finais. As áreas de risco associadas concentram-se em intermediários e clientes.

Os procedimentos de gestão do risco de crédito têm o seu enfoque no controlo de cobranças e na análise de projecto (avaliação do risco de crédito do cliente proposto), tendo sido desenvolvidas as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

Relativamente às relações com os resseguradores, estas são consideradas residuais, pelo que o risco é também diminuto. Para além disso, o maior ressegurador faz parte do Grupo Europ Assistance (internacional), estando assim assegurada a mitigação de grande parte do risco residual considerado. Efectuam-se monitorizações regulares às contas-correntes dos resseguradores.

As relações com os mediadores são igualmente residuais (a Companhia comissionou 15,08 % do total de prémios de Seguro Directo em 2015 (2014: 2,31%) e 0,88% do total de prémios brutos emitidos (2014: 0,13%), pelo que consideramos o risco residual. Efectuam-se contudo com regularidade monitorizações no âmbito das cobranças à evolução dos montantes e a antiguidade das dívidas, mitigando grande parte do risco residual considerado.

A Europ Assistance está exposta ao risco de crédito, essencialmente através das obrigações emitidas pelas contrapartes, que compõem as suas carteiras de títulos, que estão sujeitos ao risco de incumprimento da contraparte. Os títulos expostos a este risco são maioritariamente obrigações *corporate*, cerca de 62,12% do total (2014: 63,28%).

Ainda de acordo com as normas e directivas de gestão de risco, são identificadas e implementadas medidas correctivas apropriadas relativamente aos investimentos em que existam expectativas de sofrer um corte no rating para níveis abaixo de investment grade.

A política de investimento da Companhia segue as linhas orientadoras definidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e pela empresa-mãe do Grupo (estas últimas integradas num documento designado Group Risk Guidelines (GRG)).

O investimento em activos financeiros por parte da Companhia deve observar os seguintes princípios gerais:

- Salvar um retorno adequado, respeitando a estabilidade financeira e uma gestão sã e prudente da Companhia;
- Privilegiar as transacções sobre activos cotados;
- Respeitar os princípios de dispersão e diversificação;

A política de investimento definida estabelece limites relativos à alocação por categoria de activo, bem como estabelece limites dos investimentos em obrigações por *rating*, moeda, liquidez das emissões, concentração de mercado e taxa de juro.

A implementação e monitorização são asseguradas pela Administração e pela Direcção Administrativa e Financeira. A monitorização do cumprimento da política de investimento é efectuada numa base mensal sendo reportada à empresa-mãe trimestralmente.

Estão igualmente implementadas rotinas para monitorar os limites de exposição ao risco de crédito por emitente individual e agregado, de forma a evitar o risco de concentração, pelo que, é avaliada a exposição a empresas afiliadas ou subsidiárias dos diversos emittentes.

Os quadros abaixo, ilustram a exposição da Companhia ao risco de crédito, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014:

Rating	2015		(em milhares de euros) 2014	
	%	Valor	%	Valor
AAA	16,62%	5.093	17,70%	5.694
AA	36,34%	11.135	26,67%	8.580
A	26,60%	8.150	32,10%	10.325
BBB	19,32%	5.921	21,75%	6.997
BB	1,12%	343	1,77%	569
B	0,00%	-	0,00%	-
CCC	0,00%	-	0,00%	-
UNRATED	0,00%	-	0,00%	-
Total	100,00%	30.643	100,00%	32.166

Verificamos acima que cerca de 79,56% da carteira exposta a este risco é composta por títulos de emittentes com *rating* igual ou superior a "A" (2014: 76,48%). Este *mix* não apresenta tendência para deteriorações por consequência da continuidade da política de investimentos instituída.

A diversificação dos activos financeiros por sectores de actividade para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontra-se apresentada conforme segue:

(em milhares de euros)

Sector de actividade	Activos Financeiros disponíveis para venda					
	2015			2014		
	%	Valor bruto	Imparidade	%	Valor bruto	Imparidade
Recursos Básicos	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Comunicações	1,43%	499	-	0,55%	204	-
Bens Consumíveis	0,81%	283	-	1,40%	515	-
Energia	3,14%	1.099	-	0,40%	149	-
Financeiro	31,91%	11.156	-	34,03%	12.538	-
Fundos	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Dívida Pública	21,09%	7.372	-	16,54%	6.094	-
Industrial	21,59%	7.546	-	26,76%	9.860	-
Medicina	1,72%	601	-	1,64%	602	-
Tecnologia	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Serviços Públicos / colectivos	5,97%	2.086	-	5,98%	2.203	-
Outros	12,34%	4.314	-	12,69%	4.674	-
Total	100,00%	34.957	-	100,00%	36.840	-

A exposição à dívida pública por País é analisada como se segue:

Títulos de Dívida	Valor escriturado 2015	Peso
Portugal	-	0,00%
Alemanha	3.564.937	48,36%
França	1.708.912	23,18%
Finlândia	1.310.881	17,78%
Holanda	476.027	6,46%
Itália	311.143	4,22%
Total	7.371.900	100,00%

Títulos de Dívida	Valor escriturado 2014	Peso
Portugal	-	0,00%
Alemanha	3.439.188	56,43%
Finlândia	1.310.596	21,51%
França	1.031.140	16,92%
Itália	313.347	5,14%
Total	6.094.272	100,00%

Risco de Mercado

Este risco está associado à gestão de activos (investimentos) definida pela Companhia e a variações nos mercados. Na óptica da Companhia, decompõe-se em risco de acções, risco de taxa de juro, risco de spread e risco de concentração.

A política de investimentos definida pela Companhia está reflectida no contrato celebrado com a GNBGA (Grupo Novo Banco Gestão de Activos, SA) para a gestão de activos e é claramente expressa como sendo diversificada e prudente, tendo em atenção o *asset allocation* acordado entre as partes. Não são efectuados quaisquer investimentos que confirmem exposição directa ou indirecta ao mercado imobiliário, pelo que, não há exposição ao risco imobiliário.

Ao longo do ano de 2015 a duração dos activos foi sendo gerida tendo em vista a sua adequação à duração dos passivos, situando-se dentro dos limites no final do ano. Ainda dentro do risco de mercado, é de referir a exposição aos vários riscos resultantes das flutuações nos preços das acções e nos mercados de capitais de uma forma geral.

Estes riscos derivados dos mercados accionistas poderão afectar a liquidez da Companhia, os rendimentos planeados, os activos líquidos e a situação do Capital perante a entidade Reguladora, nomeadamente através da Margem de Solvência. Adicionalmente, poderá ter efeitos colaterais nas restantes classes de activos, como fundos de imóveis, empresas cotadas do sector, com eventuais repercussões ao nível da dívida emitida pelas mesmas.

De acordo com a IFRS 13, os activos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Justo valor determinado directamente com referência a um mercado oficial activo.

Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transaccionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 3 - Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transaccionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, A Europ Assistance, detém os seguintes activos financeiros ao justo valor classificados de acordo com os seguintes níveis:

	2015		
	Nível 1	Nível 3	Total
Activos financeiros disponíveis para venda			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De dívida pública	7.371.900	-	7.371.900
De outros emissores públicos	1.554.049	-	1.554.049
De outros emissores	21.716.607	-	21.716.607
Acções	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	3.261.191	1.053.141	4.314.332
	<u>33.903.748</u>	<u>1.053.141</u>	<u>34.956.889</u>
	<u>33.903.748</u>	<u>1.053.141</u>	<u>34.956.889</u>
	2014 (Reexpresso)		
	Nível 1	Nível 3	Total
Activos financeiros disponíveis para venda			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De dívida pública	6.094.272	-	6.094.272
De outros emissores públicos	2.758.289	-	2.758.289
De outros emissores	23.313.166	-	23.313.166
Acções	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	3.654.656	1.019.500	4.674.156
	<u>35.820.382</u>	<u>1.019.500</u>	<u>36.839.882</u>
	<u>35.820.382</u>	<u>1.019.500</u>	<u>36.839.882</u>

Nos exercícios de 2015 e 2014 o movimento ocorrido nos Activos financeiros classificados como disponíveis para venda cuja valorização é efectuada de acordo com o nível 3 é apresentado conforme segue:

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>
Saldo em 01 de Janeiro de 2014	<u>11</u>	<u>931.677</u>
Aquisições	-	-
Alienações	-	-
Reserva de justo valor	-	87.823
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	<u>11</u>	<u>1.019.500</u>
Aquisições	-	-
Alienações	-	-
Reserva de justo valor	-	33.641
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	<u>11</u>	<u>1.053.141</u>

O investimento classificado como nível 3 reflecte a detenção de unidades de participação no fundo de investimento Nova Energia Sicar, a valorização deste activo é comunicada pela entidade gestora do fundo.

No exercício de 2015 e 2014 não ocorreram transferências de activos financeiros entre os diferentes níveis.

Relativamente à composição de activos cuja moeda não é euro (dólar norte americano) em 2015 é de 7,95% (2014: 9,60%) do total da carteira de investimentos.

Análises de sensibilidade:

		(em milhares de euros)	
		Impacto nas reservas de Justo Valor antes de impostos	
<u>Incidência de análise</u>	<u>Cenários</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Acções	Descida de 10% nos valores do mercado bolsista	-	-
Fundos de acções	Descida de 10% nos valores do mercado bolsista	(326)	(365)

Os valores apresentados foram calculados sem considerar o efeito de quaisquer medidas de mitigação que possam ser consideradas.

As análises consideradas não reflectem qualquer expectativa relativamente a desenvolvimentos futuros dos mercados de capitais servindo apenas para avaliar a susceptibilidade das carteiras de activos aos choques considerados.

Risco de taxa de juro

A Companhia encontra-se exposta a este risco através de todos os activos financeiros cujo valor seja sensível a alterações das taxas de juro, sobretudo as obrigações.

Análise de sensibilidade da subida na curva de taxa de juro:

(em milhares de euros)

Incidência de análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor antes de Impostos	
		2015	2014
Taxa de Juro	Subida de 50 b.p. na curva de taxa de juro - Obrigações tx fixa	(482)	(561)

Risco de Liquidez

Este risco está associado à adequação ou desadequação do fundo de maneio às necessidades totais de liquidez a curto, médio e longo prazo.

Os procedimentos de gestão do risco de liquidez têm o seu enfoque nos controlos dos processos de cobranças (perspectiva de liquidez), tendo sido desenvolvidas as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

A existência de uma desadequação entre os valores de activos e passivos no curto prazo, para equilíbrio da performance financeira, é mitigada com um maior cuidado na gestão dos fluxos financeiros.

Análise da liquidez:

	2015	Var %	2014
Liquidez (1)	1,12	-3,19%	1,16

(1) Rácio da liquidez mede a capacidade de liquidar o passivo com o activo disponível a curto prazo, ou seja a relação entre o total do Passivo e o somatório dos investimentos, os depósitos bancários e caixa.

31.3 OUTROS RISCOS

Gestão do risco operacional: Este risco está associado a perdas resultantes de eventuais falhas em procedimentos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Dizem-lhe assim respeito as questões de fraude, riscos com pessoal, gestão de clientes e produtos, danos em ativos físicos, falhas de sistemas, perturbação da continuidade de negócio e execução e gestão de processos de sinistro. Para cada um dos riscos concretos aqui identificados foram definidos os respetivos controlos e outros fatores que os mitigam e desenvolvida a metodologia da sua avaliação.

Em 2015 a taxa de saída de empregados foi de 11,35, apresentando um acréscimo de 64,25% relativamente a 2014 (6,91). A taxa de absentismo em 2015 foi de 6,15, apresentando um acréscimo de 78,78% relativamente a 2014 (3,44). O número de empregados reduziu 1,22% face a 2014, situando-se nos 323, em 31 de Dezembro de 2015.

	2015	2014	Variação percentual
Rátios de recursos humanos			
Taxa de saída	11,35	6,91	64,25%
Taxa de absentismo	6,15	3,44	78,78%
Nº médio de empregados	326	322	1,24%
Indicadores de produtividade			
Despesas gerais / Nr. Empregados	28.919	23.002	25,72%
Despesas gerais / Resultados Líquidos	2,25	2,02	11,46%
Despesas gerais / Prémios	17,43%	13,66%	27,60%

Gestão do risco estratégico: risco associado ao plano e opções estratégicas definidos pela Companhia. A gestão deste risco tem o seu enfoque na análise concorrencial e das condições de mercado, daí decorrendo a estratégia comercial. Foram desenvolvidas as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

No exercício de 2015 verifica-se um acréscimo das vendas no mercado automóvel (24%). No mercado segurador observa-se um crescimento de 3,58% no ramo Não Vida e uma queda de 12,92% nos ramos Vida.

fonte: Acap

	2015*	Variação percentual	2014	Variação percentual	2013
Total mercado automóvel	213.645	24%	172.390	36%	126.684

* Valores provisórios

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

Quadro 1 - Produção* de seguro direto em Portugal - Mercado

fonte: ASF

Valores expressos em milhões de Euros

	2015*	Variação percentual	2014*	Variação percentual	2013*
Vida	8.669	-16,96%	10.439	12,92%	9.245
Não Vida	3.990	3,58%	3.852	-0,16%	3.858
TOTAL	12.659	-13,37%	14.291	12,76%	13.103

* Valores provisórios

Quadro 2 - Produção* de seguro direto em Portugal por ramos – Mercado (Não Vida)

fonte: ASF

Valores expressos em milhares de Euros

	2015*	Variação percentual	2014*	Variação percentual	2013*
Não Vida					
Acidentes e Doença					
Acidentes de trabalho	555.992	7,76%	515.942	0,94%	511.158
Doença	621.132	5,43%	589.169	3,26%	570.554
Acidentes (outros)	171.566	11,23%	154.245	2,32%	150.749
Incêndio e Outros Danos	764.006	1,68%	751.371	-1,20%	760.470
Automóvel	1.470.746	1,53%	1.448.547	-2,01%	1.478.229
Marítimo e Transportes	25.012	-11,78%	28.352	-10,31%	31.611
Aéreo	6.978	16,92%	5.968	-18,54%	7.326
Mercadorias Transportadas	22.518	-4,31%	23.533	-4,64%	24.677
Responsabilidade Civil Geral	112.420	4,03%	108.061	1,63%	106.324
Diversos	239.997	5,61%	227.238	4,62%	217.205
TOTAL	3.990.367	3,58%	3.852.426	-0,15%	3.858.303

* Valores provisórios

Quadro 3: Produção de seguro direto dos ramos Não Vida - Mercado

fonte: ASF

Valores expressos em milhares de Euros

	2015*	Peso	2014*	Peso	2013*
Não Vida					
Acidentes e Doença					
Acidentes de trabalho	557.984	13,78%	517.584	13,26%	513.535
Doença	622.760	15,38%	590.798	15,13%	572.060
Acidentes (outros)	176.909	4,37%	159.285	4,08%	156.225
Incêndio e Outros Danos	783.870	19,36%	767.723	19,66%	776.065
Automóvel	1.475.227	36,44%	1.454.649	37,26%	1.485.472
Marítimo e Transportes	25.001	0,62%	28.352	0,73%	31.609
Aéreo	6.993	0,17%	6.035	0,15%	7.341
Mercadorias Transportadas	22.844	0,56%	23.832	0,61%	24.983
Responsabilidade Civil Geral	115.363	2,85%	110.636	2,83%	108.676
Diversos	261.579	6,46%	245.527	6,29%	230.473
TOTAL	4.048.529	100,00%	3.904.421	100,00%	3.906.439

* Valores provisórios

fonte: ASF / APS / Benchmark's

Quota de Mercado (Assistência)	2015 Proj	2014	Var %	2013	Var %
Europ Assistance	35%	36%	-2,8%	35%	2,9%
Fidelidade Assistance	25%	28%	-10,7%	30%	-6,7%
Inter Partner	10%	12%	-16,7%	12%	0,0%
Mondial Assistance	7%	8%	-12,5%	7%	14,3%
	<u>77%</u>	<u>84%</u>	<u>-8,3%</u>	<u>84%</u>	<u>0,0%</u>

32. SOLVÊNCIA

De acordo com a legislação vigente, as seguradoras devem dispor, em cada exercício económico, de um património não comprometido (margem de solvência) e de um fundo de garantia (um terço da margem de solvência) que representam certas percentagens e montantes mínimos legalmente estabelecidos pela Norma 6/2007-R alterada pela Norma Regulamentar 12/2008-R emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

A margem de solvência exigida a 31 de Dezembro 2015 e 2014 apresenta-se de seguida:

	2015	2014 (Reexpresso)	2014
Capital	7.500.000	7.500.000	7.500.000
Reservas	5.775.965	5.943.335	79.695.665
Resultados Transitados	(874.395)	125.332	125.332
Resultado líquido do exercício, deduzido das distribuições efectivas	1.437.610	366.970	366.970
Valor de Balanço	<u>13.839.181</u>	<u>13.935.637</u>	<u>87.687.967</u>
Ajustamentos	(54.610)	(35.371)	(35.371)
Margem de Solvência disponível	13.784.571	13.900.266	87.652.596
Margem de Solvência requerida	11.445.404	11.117.203	11.117.203
Rácio de Solvência	<u>120,44%</u>	<u>125,03%</u>	<u>788,44%</u>

A redução do rácio de solvência deve-se fundamentalmente à alteração da política contabilística relativa aos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos. O impacto da redução do Capital Próprio decorrente da classificação ao custo dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos gera um impacto negativo na Reserva de reavaliação em 2014 no montante de 73.752.330 euros.

A adequação do capital é definida de forma a incorporar uma margem relativa ao mínimo requerido legalmente para absorver, até determinado limite, perdas resultantes das alterações nas taxas de juro e da desvalorização de instrumentos de capital e unidades de participação.

33. COMPROMISSOS

A Companhia apenas tem contratos de locação operacional, os quais abrangem equipamento informático e automóveis. Trata-se de contratos celebrados por prazos de 3 ou 4 anos, sendo que não se prevê a transferência de propriedade no final da locação.

As rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

Os valores base dos contratos são, respectivamente de 732.297 euros para Locarent e Leaseplan (2014: 782.320 euros) e 161.553 euros para HP Finance (2014: 328.217 euros).

	2015		
	Valores dos Contratos	Obrigações Futuras até 1 ano	Obrigações Futuras de 1 a 5 anos
Alugueres Operacionais Viaturas	732.297	165.701	238.791
Equipamento Informático	161.553	27.127	14.343
Total	893.850	192.828	253.134

	2014		
	Valores dos Contratos	Obrigações Futuras até 1 ano	Obrigações Futuras de 1 a 5 anos
Alugueres Operacionais Viaturas	782.320	183.446	292.380
Equipamento Informático	328.217	76.408	2.039
Total	1.110.537	259.854	294.419

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

A Lei n.º 147/2015, de 9 de Setembro, transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009 e alterações posteriores, relativa ao acesso à actividade de seguros e resseguros e ao seu exercício. A referida lei estabelece, entre outros, o novo regime de Solvência (Solvência II) aplicável ao sector segurador, produzindo efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2016.

De forma a cumprir as obrigações impostas pela nova regulamentação de Solvência II, a Companhia estabeleceu um plano de implementação que foi remetido à ASF, no âmbito da Circular n.º 5/2014, de 12 de Dezembro, contendo, entre outros a calendarização das tarefas planeadas e respectivo grau de execução e a abordagem aos vários tipos de requisitos incluídos no regime Solvência II (quantitativos, qualitativos e de reporte e divulgação de informação).

De acordo com o Regulamento Delegado em vigor, a Companhia terá de enviar à ASF até 20 semanas após 1 de Janeiro de 2016, os dados definitivos do Balanço económico de abertura de acordo com os novos critérios de Solvência e os valores relativos ao requisito de capital de solvência (SCR) e ao

requisito de capital mínimo (MCR) com referência à data de entrada em vigor do novo regime, ou seja, 1 de Janeiro de 2016. Consequentemente, à data actual, embora o Conselho de Administração esteja a preparar informação preliminar a este respeito, não dispõe de informação definitiva, encontrando-se o Plano de Implementação em fase de execução, com as suas diversas fases e actividades a serem executadas de acordo com o calendário previsto.

35. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES APLICÁVEIS AO EXERCÍCIO

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2015.

a) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela Companhia.

Não existem revisões, alterações e melhorias nas normas e e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adoptadas pela Companhia.

b) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu três melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Actualiza o parágrafo 52 no sentido de a excepção aplicável ao portfólio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9, independentemente de satisfazerem as definições de activos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 1361/2014, de 18 de Dezembro), as alterações são aplicáveis prospectivamente aos períodos anuais com início em ou após 1 de Julho de 2014.

35.1. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 01 de Janeiro de 2016 e que a Companhia não adotou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efectuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2015/29, de 17 de Dezembro de 2014), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Fevereiro de 2015. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu seis melhorias em cinco normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 2 Pagamentos com base em Ações

Actualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de performance.

IFRS 8 Segmentos Operacionais

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação dos segmentos.

A divulgação da reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis com o total de activos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

IAS 16 Activos fixos tangíveis e IAS 38 Activos intangíveis

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do activo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efectuada no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica que uma entidade de gestora – uma entidade que presta serviços de gestão – é uma parte relacionada sujeita aos requisitos de divulgação associados. Adicionalmente, uma entidade que utilize os serviços de uma entidade de gestão é obrigada a divulgar os gastos incorridos com tais serviços.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2015/28, de 17 de Dezembro de 2014) as melhorias 2010-2012 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Fevereiro de 2015. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospectiva.

IAS 16 e à IAS 41: Plantas que geram produto agrícola

As alterações à IAS 16 – Activos fixos tangíveis e IAS 41 - Agricultura alteram o âmbito da IAS 16 para nela incluir activos biológicos que satisfaçam a definição de plantas que geram produto agrícola (por exemplo, árvores de fruto). A produção agrícola que cresce em plantas que geram produto agrícola (por exemplo, a fruta que cresce numa árvore) permanecerá no âmbito do IAS 41. Em resultado das alterações, as plantas que geram produto agrícola passam a estar sujeitas a todos os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 16, incluindo a escolha entre o modelo de custo e o modelo de revalorização e os subsídios do governo relativos a estas plantas passam a ser contabilizados de acordo com a IAS 20 e não de acordo com a IAS 41.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2113/2015, de 23 de Novembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece em ou após o primeiro dia do mês seguinte à entrada em vigor do regulamento, ou seja, em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IAS 16 e à IAS 38: Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que os rendimentos reflectem um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio (do qual o activo faz parte) e, portanto, não reflectem os benefícios económicos que são consumidos através do uso do activo. Assim, a proporção de rendimentos gerados em relação aos rendimentos totais previstos

gerar não pode ser usada para depreciar os bens do activo imobilizado só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar activos intangíveis.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2231/2015, de 2 de Dezembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece em ou após o primeiro dia do mês seguinte à entrada em vigor do regulamento, ou seja, em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é prospectiva.

IAS 1: Clarificação sobre divulgações no relato financeiro

As alterações à IFRS resumem-se, por temas, da seguinte forma:

Materialidade

A decisão sobre a agregação de informação nas demonstrações financeiras e nas notas é matéria que requer julgamento tendo em conta todos os factos e circunstâncias. Na compreensão das demonstrações financeiras: (i) esta não pode ser reduzida por obscurecimento de informações materiais com informações irrelevantes ou através da agregação de itens materiais que têm diferentes naturezas ou funções, (ii) a divulgação de informações imaterial não é proibida, a menos que a informação material seja obscurecida e (iii) é mais provável que a desagregação de informação adicione transparência do que o contrário. As orientações sobre a materialidade são aplicáveis mesmo quando uma IFRS exige uma divulgação específica ou descreve requisitos mínimos de divulgação. Deve também ser avaliado se, para além das divulgações específicas, devem ser incluídas divulgações adicionais para tornar as demonstrações financeiras compreensíveis.

Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras

As exigências de apresentação para os itens em cada linha da demonstração da posição financeira e da demonstração de resultados podem ser cumpridas desagregando, nestas peças financeiras, as rubricas incluídas em cada item de cada linha. Quando forem usados subtotais, estes: (i) devem conter apenas reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS, (ii) devem ser apresentados e rotulado de tal forma que o subtotal seja compreensível, (iii) devem ser consistentes de um período para o outro, (iv) não devem ser exibidos com mais destaque do que os totais e subtotais exigidos pelas IFRS. Na demonstração dos resultados e na demonstração do resultado integral os subtotais adicionais devem ser reconciliados com os subtotais exigidos identificando cada linha excluída. Na demonstração do rendimento integral a quota parte dos itens relacionados com associadas e joint ventures deve ser apresentada de forma a poderem ser identificados os itens que serão, ou não, subsequentemente reclassificados para resultados do exercício.

Estrutura das Notas

As entidades têm flexibilidade para ordenarem as notas da forma que entenderem mas ao decidirem sobre a sistematização devem ter-se em conta a compreensibilidade e comparabilidade das demonstrações financeiras. Exemplos de ordenação das notas: (i) dar destaque às actividades mais relevantes para a compreensão do desempenho financeiro da entidade e da

posição financeira (ex.: grupos de actividades operacionais específicas), (ii) agregar informação sobre itens que sejam mensurados da mesma forma, (iii) ordem da demonstração do resultado integral ou (iv) ordem da demonstração da posição financeira.

Divulgações

IAS 1 já não se refere a um "resumo" das políticas contabilísticas e foram removidas as orientações e os exemplos potencialmente inúteis para a identificação de uma política contabilística significativa (embora se mantenha a descrição: políticas que os utilizadores das demonstrações financeiras esperariam que fossem divulgadas tendo em conta a entidade e a natureza das suas operações). Os julgamentos significativos feitos na aplicação das políticas contabilísticas (excepto os que envolvem estimativas) devem ser divulgados juntamente com as respectivas políticas significativas ou outras notas.

Deixam de ser aplicáveis os requisitos de divulgação da IAS 8 § 28-30 (ou seja, sobre as normas ainda não adoptadas e aplicação inicial de uma norma).

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2406/2015, de 18 de Dezembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016. É permitida a aplicação mais cedo. As entidades não necessitam de divulgar a informação exigida pelos parágrafos 28-30 da IAS 8 em relação a estas emendas.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014, o IASB introduziu cinco melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações

Elimina alguns requisitos de divulgações em demonstrações financeiras intercalares.

Adicionalmente, clarifica que quando uma entidade transfere um activo financeiro pode reter o direito à prestação de um serviço em relação ao activo financeiro mediante uma determinada quantia pré-determinada, por exemplo um contrato de manutenção, e que, nestas circunstâncias, para efeitos de determinar quais as divulgações a efectuar, deve ser analisado o envolvimento continuado que resulta de tal contrato.

Não é necessário aplicar as alterações para qualquer período apresentado que comece antes do período anual no qual as alterações são aplicadas pela primeira vez. Esta isenção é aplicável também a entidades que apliquem as IFRS pela primeira vez.

A aplicação deve ser retrospectiva.

IAS 19 – Benefícios de Empregados

Esta melhoria clarifica que a taxa de desconto deve ser determinada tendo em conta obrigações de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda (ex.: Eurozone) e não nos mercados onde as obrigações foram emitidas. Quando não há mercado

activo para obrigações de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda podem ser usadas obrigações emitidas pelo Governo.

Esta melhoria aplica-se desde o início do primeiro período de comparação apresentado nas primeiras demonstrações financeiras às quais a entidade aplique a emenda. Qualquer ajustamento inicial resultante da aplicação da emenda deve ser reconhecido nos resultados retidos no início desse período.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2343/2015, de 18 de Dezembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016. É permitida a aplicação mais cedo. Se uma entidade aplicar essas emendas a um período anterior, deve divulgar esse facto.

Ainda não endossadas pela UE:

IFRS 9 Instrumentos financeiros (emitida em 24 de Julho de 2014)

Esta norma foi finalmente completada em 24 de Julho de 2014 e o resumo, por temas, é o seguinte:

Classificação e mensuração de activos financeiros

- Todos os activos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transacção no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transacção, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.
- Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objectivo de deter os activos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objectivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de activos financeiros, então o instrumento é medido pelo valor justo através do resultado integral (FVOCI) com subsequente reclassificação para resultados.
- Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os activos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento -a- instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

- Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito devem ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentado no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.
- Todas os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

Imparidade

- Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- O modelo de PEC aplica-se: (i) aos instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos activos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 - Locações.
- Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.
- A mensuração das PEC deve reflectir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

Contabilidade de cobertura

- Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospectivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura.
- Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- O valor temporal de uma opção, o elemento forward de um contrato forward e qualquer spread base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura.
- Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação varia consoante os requisitos da norma sendo parcialmente retrospectiva e parcialmente prospectiva.

IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de activos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto (Emendas emitidas em 11 de Setembro de 2014)

As emendas procuram resolver o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 quando estamos perante a perda de controlo de uma subsidiária que é vendida ou transferida para associada ou empreendimento conjunto.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transacções de venda ou entregas de activos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transacções envolvam, ou não, activos que constituam um negócio tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Quando as transacções constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor. Porém, se o activo transferido não constituir um negócio, o ganho ou perda deve continuar a ser reconhecido apenas na extensão que diga respeito aos restantes investidores (não relacionados).

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é prospectiva.

IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 28: Entidades de investimento: Aplicação da excepção de consolidação (Emendas emitidas em 18 de Dezembro de 2014)

As alterações à IFRS 10 clarificam que uma entidade de investimento não necessita preparar demonstrações financeiras consolidadas se e só se a sua mãe for também uma entidade de investimento que prepare demonstrações financeiras nas quais as subsidiárias sejam mensuradas ao justo valor.

Adicionalmente, clarifica-se que apenas uma subsidiária de uma entidade de investimento que não seja ela própria uma entidade de investimentos, fornecendo serviços de apoio à entidade de investimento, é consolidada – todas as restantes subsidiárias são mensuradas ao justo valor.

As alterações à IAS 28 clarificam que uma entidade que não seja uma entidade de investimento e que aplique o método de equivalência patrimonial na valorização de associadas ou *joint ventures* que sejam entidades de investimento pode manter a valorização ao justo valor destas entidades nas suas subsidiárias.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes (emitida em 28 de Maio de 2014)

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 – Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de activos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade).

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns activos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e activos intangíveis.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco etapas: (i) identificar o contrato com o cliente, (ii) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (iii) determinar o preço de transacção, (iv) alocar o preço da transacção às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais na obtenção de um contrato e os gastos directamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A interpretação é aplicável para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Anexo 1								
CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço *	
							unitário	Total
921 074 194 651 971 052 990 451	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS							
	1.1 - Títulos Nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais							
	1.1.2 - Partes de capital em associadas							
	E.A.-Serviços de Assistência Personalizados,S.A.	49.950	5	100%	5,00	249.750	5,00	249.750
	Ponte Alta-SGPS Unipessoal,Lda	1	400.000	100%	3.400.000,00	3.400.000	3.400.000,00	3.400.000
	sub-total	49.951				3.649.750		3.649.750
	total	49.951				3.649.750		3.649.750
LU1017157287	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos Nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	ES-Portugal Equity	59.561	1		4	241.224	4,33	257.901
	sub-total	59.561				241.224		257.901
	sub-total	59.561				241.224		257.901
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.3 - De outros emissores							
	ELEPOR5.875 11-02/16	135.000	1		0,99	134.164	1,05	142.407
	PTIPL 5.375 13-05/20	42.857	1		1,00	42.857	1,05	45.182
	sub-total	177.857				177.021		187.589
	sub-total	177.857				177.021		187.589
	total	237.419				418.246		445.491
LU0091443829 LU0296922973 US78462F1030 IE0030382026 LU0360484686	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	ES-EUROPEAN EQ EUR	15.413	1		84	1.296.495	95,64	1.474.137
	NOVA ENERGIA SICAR	11	50.000		53.699	576.405	98.112,65	1.053.141
	STANDARD&POORS DEP	2.300	1		144	331.149	188,60	433.782
	INVESCO ASIAN EQ-C	97.365	1		5	479.253	5,99	583.099
	MORGAN ST-US ADVANTA	9.179	1		56	515.657	55,81	512.272
	sub-total	124.268				3.198.959		4.056.431
	sub-total	124.268				3.198.959		4.056.431
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
	RFBG1.625 12-09/22	1.200.000	1		0,99	1.188.570	1,09	1.310.881
	DBR 2.25 11-09/21	2.230.000	1		1,07	2.394.989	1,13	2.524.635
	CCTS Float 06/15/17	300.000	1		0,96	288.009	1,04	311.143
	DBR 1.5 13-02/23	400.000	1		1,01	403.140	1,10	440.884
	FRTR 2.25 13-05/2024	1.500.000	1		1,08	1.620.880	1,14	1.708.912
	NETHER 0.25 15-07/25	500.000	1		0,93	465.615	0,95	476.027
	DBR 0.5 15-02/25	600.000	1		0,98	585.666	1,00	599.418
	sub-total	6.730.000				6.946.869		7.371.900
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
	DBHNGR FL 14-07/20	500.000	1		1,00	500.000	1,00	501.522
	EIB 0.5 15-11/23	600.000	1		0,99	593.328	1,00	598.505
	EU 0.625 15-11/23	450.000	1		1,01	452.889	1,01	454.022
	sub-total	1.550.000				1.546.217		1.554.049
	2.2.2.3 - De outros emissores							
	EIBKOR 2 13-04/2020	500.000	1		1,00	499.450	1,06	531.874
	POHBK FL 14-03/2017	700.000	1		1,00	699.790	1,00	701.240
	TKAGR 3.125 14-10/19	150.000	1		0,99	148.802	1,03	155.156
	RIFP 2 14-06/2020	500.000	1		1,00	497.990	1,06	527.936
	RABOBK FL 14-03/19	500.000	1		1,00	499.505	1,01	502.996
	BATSLNFloat 14-03/18	400.000	1		1,00	399.204	1,00	401.288
	CAPP Float 14-03/18	500.000	1		1,00	500.000	1,00	501.812
	ABIBB FL 14-03/2018	400.000	1		1,00	400.000	1,00	399.442
	RY Float 14-03/19	600.000	1		1,00	599.700	1,00	599.913
	SYNNVX FL 14-10/17	300.000	1		1,00	299.685	1,00	299.564
	REEDLNFloat 14-05/17	600.000	1		1,00	600.000	1,00	601.065
	F 1.875 14-06/2021	500.000	1		1,00	499.480	1,03	512.527
	SCGAU 1.5 14-07/20	500.000	1		1,00	499.430	1,02	510.478
	UBS 1.25% 14-09/2021	500.000	1		1,00	499.170	1,02	512.057
	NYKRE Float 14-09/19	600.000	1		1,00	600.000	1,00	599.229
	TOTAL 1.125 14-03/22	500.000	1		1,00	498.975	1,01	503.571
	CBAU FL 14-09/19	600.000	1		0,77	463.428	0,90	542.271
	SUMIBK Float 17	375.000	1		0,78	290.682	0,91	342.658
	MRK 1.125 14-10/2021	600.000	1		1,00	599.238	1,02	609.178
	ANZ Float 14-10/2019	600.000	1		1,00	600.000	1,00	597.844
	WFC 1.125 14-10/21	500.000	1		0,99	495.900	1,00	502.378
	MMM FL 14-11/2018	500.000	1		1,00	500.000	1,00	499.598
	MS Float 14-11/2019	500.000	1		1,00	499.255	1,00	502.120
	BNP Float 15-01/2020	500.000	1		1,00	500.000	1,00	500.335
	KO Float 15-09/19	500.000	1		1,00	500.000	0,99	497.236
	CS Float 15-03/2017	500.000	1		1,00	500.000	1,00	500.218
	STANLN Float 17 - Tx .61%	400.000	1		0,93	370.893	0,91	364.812
	CL Float 15-05/2019	500.000	1		1,00	500.000	1,00	499.477
	MMM Float 15-05/20	400.000	1		1,00	400.000	0,99	397.876
	NOMURA1.125 15-06/20	400.000	1		1,00	398.744	1,00	400.526
	CAPP Float 15-07/18	500.000	1		1,00	500.000	1,01	504.368
	SOCGEN Float15-07/18	600.000	1		1,00	600.000	1,00	601.208
	SINOPE 1 15-04/22	300.000	1		0,96	287.730	0,94	283.410
	SWEDA Float 15-08/20	500.000	1		1,01	502.510	1,00	500.332
	SMSLNL 2.25 15-09/22	300.000	1		0,99	297.285	1,01	303.242
	CMZB 1.5 15-09/2022	350.000	1		1,00	348.341	1,01	354.186
	ENEXIS 1.5 15-10/23	500.000	1		0,99	495.605	1,01	506.160
	JPM 1.5 15-10/2022	600.000	1		1,00	597.396	1,01	606.411
	NEGANV FL 15-10/18	450.000	1		1,00	450.000	1,00	450.390
	PG 1.125 15-10/23	400.000	1		1,00	399.880	1,00	399.757
	NWIDE FL 15-11/18	400.000	1		1,00	399.636	1,00	400.671
	UPS Float 15-07/2020	600.000	1		1,00	600.000	1,00	600.424
	VOD 0.875 15-11/20	500.000	1		1,00	497.935	1,00	499.296
	ARRFP Float 15-01/20	500.000	1		1,00	500.000	1,00	500.716

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço *	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
BE6282455565	SOLBBBFloat 15-12/17	400.000	1		1,00	400.000	1,00	401.771
		sub-total	21.525.000			21.235.638		21.529.018
		sub-total	29.805.000			29.728.724		30.454.967
		total	29.929.268			32.927.682		34.511.398
	3 - TOTAL GERAL		30.216.638			36.995.678		38.606.639

* Inclui o valor dos juros decorridos

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Valores em euros

Anexo 2

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 ** (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	-	-	-	-
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	940	600	1.800	1.460
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-
AUTOMÓVEL	-	-	-	-
-RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
-OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	741.924	509.202	330.159	97.437
ASSISTÊNCIA	5.952.296	4.566.425	362.045	(1.023.826)
DIVERSOS	156.404	6.289	-	(150.116)
TOTAL	6.851.564	5.082.516	694.004	(1.075.045)
TOTAL GERAL	6.851.564	5.082.516	694.004	(1.075.045)

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

** Este valor não inclui a Provisão para custo de gestão de sinistros no montante de 1.428.555 euros

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	-	2.076	-	2.076
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
- OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	536	-	536
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	-	166	-	166
ASSISTÊNCIA	728.323	445.777	15.755	1.189.855
DIVERSOS	756.147	165.502	(171.869)	749.780
TOTAL	1.484.470	614.058	(156.114)	1.942.413
RESSEGURO ACEITE	32.628.443	9.620.235	(450.499)	41.798.178
TOTAL GERAL	34.112.912	10.234.293	(606.614)	43.740.591

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	11.634	11.965	2.076	1.282	(7.926)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-	-
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-	-
- OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	2.435	2.554	536	(23)	(3.901)
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	1.413	1.523	166	299	-
ASSISTÊNCIA	1.942.494	1.932.998	1.189.855	352.715	-
DIVERSOS	1.184.251	1.287.452	749.780	224.049	(13.070)
TOTAL	3.142.227	3.236.491	1.942.413	578.323	(24.897)
RESSEGURO ACEITE	50.954.560	51.119.399	41.798.178	8.849.163	(24.268)
TOTAL GERAL	54.096.786	54.355.890	43.740.591	9.427.487	(49.165)

NOTAS:

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de ativo de 49.500.382 Euros e um total de capital próprio de 16.589.181 Euros, incluindo um resultado líquido de 4.187.610 Euros), a Demonstração de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas e Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., em 31 de Dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril e respetivas alterações subsequentes.

Ênfase

8. Conforme divulgado na Nota 2, no exercício de 2015, a Companhia alterou voluntariamente a política de mensuração de investimentos em filiais, passando a valorizar estes investimentos ao custo de aquisição, tendo procedido à sua aplicação retrospectiva com reexpressão do período comparativo. O impacto da reexpressão traduziu-se numa diminuição do capital próprio da Companhia em 1 de Janeiro de 2014 e 31 de Dezembro de 2014 nos montantes de 60.300.168 Euros e 73.352.330 Euros, respetivamente, após considerado o efeito fiscal.”

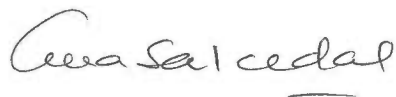


Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

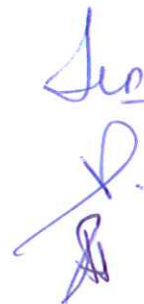
Lisboa, 15 de Abril de 2016

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Exmos. Senhores Accionistas da

EUROP ASSISTANCE – COMPANHIA PORTUGUESA DE SEGUROS, S.A.,

De acordo com as disposições legais – alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º, do Código das Sociedades Comerciais – e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal vem submeter à apreciação de V. Exas., o seu Relatório e dar Parecer sobre os documentos de prestação de contas individuais, os quais compreendem o Relatório do Conselho de Administração, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração de Ganhos e Perdas, a Demonstração de Variações do Capital Próprio, a Demonstração do Rendimento Integral e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, bem como as correspondentes Notas Explicativas Integrantes das Demonstrações Financeiras, apresentadas pelo Conselho de Administração da sociedade EUROP ASSISTANCE – COMPANHIA PORTUGUESA DE SEGUROS, S.A. (doravante, abreviadamente, Europ Assistance ou Sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

No desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal acompanhou regularmente, durante o exercício de 2015, de forma pormenorizada e no âmbito das competências que lhe foram confiadas, o funcionamento da Sociedade, tendo, designadamente, realizado reuniões pontuais com responsáveis da Sociedade, sempre que tal se mostrou pertinente, e apreciado as contas e os actos de gestão mais relevantes, ocorridos no exercício.

Cumpre relevar o notório empenho, disponibilidade e colaboração, sempre patenteadas pelo Conselho de Administração, e também pela Direcção Financeira, que prestaram, sem excepção, todos os esclarecimentos e informações solicitados pelo Conselho Fiscal, respondendo de forma cabal a todas as questões que foram suscitadas, ao longo do período.

No ano de 2015, a Europ Assistance desenvolveu as suas funções operacionais num contexto macroeconómico de (i) gradual recuperação da actividade económica - a qual, tendencialmente apresentará um crescimento do PIB na ordem dos 1,6% – e de (ii) manutenção do indicador de confiança dos consumidores em níveis elevados. No que respeita ao sector segurador, verificou-se, face a 2014, um crescimento da produção de seguro directo nos Ramos Não Vida de 3,7%. Em particular, pela sua preponderância na actividade da Europ Assistance, salientamos que o Ramo Automóvel registou um crescimento de 1,5% em relação ao período homólogo anterior.

Em linha com o sucedido em exercícios anteriores, a Europ Assistance conseguiu alcançar os seus principais objectivos, mantendo a liderança do mercado Português de assistência, fruto da prossecução da estratégia de fidelização da sua base de clientes e de melhoramento dos seus padrões de produtividade.

A produção da Sociedade manteve-se nos elevados níveis registados em períodos antecedentes. A análise aos proveitos obtidos em 2015 revela que o volume de prémios brutos emitidos ascendeu a € 54.096.786, montante que se encontra em linha com o registado no período homólogo precedente (€ 54.230.331). Relativamente aos prémios adquiridos líquidos de resseguro, o seu valor cifrou-se nos € 54.275.364, importância também em linha com a registada, para o mesmo indicador, no exercício transacto (€ 54.265.835).

Ao nível financeiro, verificou-se um considerável incremento dos rendimentos, de cerca de 75,7%, tendo esta componente ascendido a € 2.126.603 no ano em apreço (€ 1.210.302, em 2014).

Por outro lado, ao nível dos gastos, destaca-se a importante redução registada nos custos com sinistros líquidos de resseguro, de, aproximadamente, 2%. O valor deste indicador, para o ano de 2015, foi de € 43.709.229, quando, no período homólogo anterior, havia ascendido a € 44.595.490. Este indicador evoluiu em conformidade com

o rácio de sinistralidade verificado, o qual decresceu 1,7%, de 82,2% em 2014, para 80,5% em 2015.

Em sentido inverso, os custos e gastos de exploração líquidos conheceram um incremento de 27,3%, tendo-se cifrado nos € 9.427.487 em 2015 (€ 7.406.744, em 2014). A componente principal responsável pelo mencionado acréscimo, foram os custos com pessoal, que registaram – por via, essencialmente, do pagamento de indemnizações - um crescimento na ordem dos 11,6%, tendo ascendido a € 12.200.785 em 2015 (€ 10.937.641, em 2014). Não obstante, o número médio de colaboradores atingiu os 326 no ano de 2015, valor superior aos 322 observados em 2014.

O efeito conjugado da evolução registada e acima referida, tanto do lado dos proveitos, como do lado dos custos, conduziu a um incremento do resultado líquido apurado, indicador que, no exercício de 2015, ascendeu a € 4.187.610. Relativamente ao período homólogo antecedente, em que o mesmo indicador registou um valor de € 3.666.970, observa-se um aumento significativo de 14,2%.

No que respeita aos principais elementos sobre a posição financeira da Sociedade, assinala-se a diminuição do valor total do activo líquido entre os exercícios de 2014 e 2015, na ordem dos 4,5% (atendendo aos valores em 31 de Dezembro de cada um dos períodos mencionados). Esta evolução resulta, principalmente, da redução ocorrida ao nível do valor dos activos disponíveis para venda. No final de 2015, o referido activo ascendeu a € 49.500.382, tendo-se cifrado em € 51.830.558 (valor reexpresso), no final do período transacto.

Cumprе salientar por este Conselho, que no final do ano de 2015, a Europ Assistance procedeu a uma alteração voluntária à política de mensuração das participações em filiais e empreendimentos conjuntos até então seguida. No ano transacto, bem como em períodos anteriores àquele, a Empresa mensurava as mencionadas participações ao justo valor, tratando-as como um activo disponível para venda (de acordo com as opções permitidas pelas IAS 27 e 28).

Em 31 de Dezembro de 2015, a Sociedade passou a adoptar como prática contabilística, a valorização destas participações pelo método do custo de aquisição líquido de imparidades, metodologia que se afigura mais estável e adequada perante circunstâncias de volatilidade, sendo, adicionalmente, o método generalizadamente usado no mercado segurador.

Por via do cumprimento dos requisitos legais em vigor, designadamente da IAS 8, a Europ Assistance procedeu à aplicação retrospectiva – reexpressão – da nova política contabilística, nas demonstrações financeiras com referência ao exercício de 2014. O impacto desta reexpressão consistiu numa redução do capital próprio, tanto em 1 de Janeiro de 2014, como em 31 de Dezembro de 2014 (e de 2015) de, respectivamente, € 60.300.168 e € 73.352.330.

Manteve-se, em 2015, a mesma política de investimentos adoptada em períodos antecedentes. Esta caracteriza-se pelo princípio da prudência estabelecido pelos accionistas, privilegiando uma rigorosa avaliação do risco associado aos activos. A carteira de investimentos da Europ Assistance, que apresenta uma notação média de *rating* "A+", é composta sobretudo por obrigações de taxa fixa (com elevada exposição a títulos de dívida alemã). A exposição a acções manteve-se nos 10%, percentagem equivalente à registada pela exposição cambial.

Por último, o Conselho entende relevar a boa performance das filiais sul-americanas, sobretudo da entidade Brasileira, cujo volume de negócios (cerca de € 154 milhões) e o resultado líquido (€ 9 milhões), cresceram, respectivamente, cerca de 7% e 16% face ao ano de 2014. Seguindo a mesma tendência, a filial Argentina também apresentou um crescimento significativo ao nível da produção, tendo obtido um volume de negócios de, aproximadamente, € 17,9 milhões (incremento de 17% face a 2014). Contudo, sofrendo as consequências da desvalorização da moeda local, esta última entidade obteve um resultado líquido negativo, na ordem dos € 184 mil.

No âmbito das nossas funções, efectuámos as verificações consideradas pertinentes e adequadas. Examinámos a Demonstração da Posição Financeira, em 31 de Dezembro

de 2015, bem como a Demonstração de Ganhos e Perdas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Variações do Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e as correspondentes Notas Explicativas Integrantes das Demonstrações Financeiras, com referência ao mesmo período. Adicionalmente confirmámos os critérios valorimétricos utilizados, que merecem a nossa concordância.

Procedemos também a uma análise ao Relatório do Conselho de Administração, relativo ao exercício de 2015, constatando que o mesmo obedece às disposições legais e estatutárias aplicáveis e aprofunda os aspectos mais relevantes que caracterizaram a actividade da Sociedade no exercício.

Apreciámos igualmente, nos termos do n.º 1 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, a Certificação Legal das Contas Individuais, relativa ao exercício de 2015, datada de 15 de Abril de 2016, a qual foi emitida sem reservas, pela Senhora Dr.ª. Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, Revisor Oficial de Contas, representante da Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A..

Os documentos de prestação de contas individuais, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas Individuais, com cujo conteúdo concordamos, possibilitam, em nossa opinião, uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Europ Assistance e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Como resultado das acções de fiscalização levadas a efeito, somos de Parecer que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração de Ganhos e Perdas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Variações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as correspondentes Notas Explicativas Integrantes das Demonstrações Financeiras., bem como a proposta de aplicação do resultado líquido, tal como apresentados pelo Conselho de Administração, todos relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

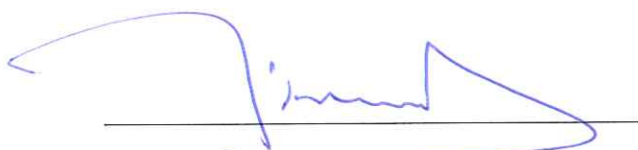
O Conselho Fiscal não quer deixar de, por último, manifestar, novamente, o seu agradecimento ao Conselho de Administração e à Direcção Financeira, pela colaboração sempre prestada no desempenho das suas funções.

Lisboa, 15 de Abril de 2016

O CONSELHO FISCAL



José Favila Vieira Leite Monteiro – Presidente



João Alberto Monarca Pires – Vogal



Adelaide Odete Santos Botelho Passos – Vogal



Europ Assistance Portugal

Av. Columbano Bordalo Pinheiro 75, 10º andar
1070-061 Lisboa

www.europ-assistance.pt